

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
BACHARELADO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Tamara Portis Tobias

ALTERNATIVAS DO DESENVOLVIMENTO
LOCAL EM PAULÍNIA (SP)
do perfil industrial à opção turística

São Bernardo do Campo, SP

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
BACHARELADO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Tamara Portis Tobias

**ALTERNATIVAS DO DESENVOLVIMENTO
LOCAL EM PAULÍNIA (SP)**
do perfil industrial à opção turística

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC, como parte dos requisitos para conclusão do Bacharelado em Planejamento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Gerardo Alberto Silva

São Bernardo do Campo, SP

2020

Portis Tobias, Tamara

Alternativas do desenvolvimento local em Paulínia (SP) : do perfil industrial à opção turística / Tamara Portis Tobias. — 2020.

55 fls.

Orientador: Gerardo Alberto Silva

Trabalho de Conclusão de Curso — Universidade Federal do ABC,
Bacharelado em Planejamento Territorial, São Bernardo do Campo, 2020.

1. Desenvolvimento Local. 2. Diversificação Produtiva. 3. Polo Cinematográfico de Paulínia. 4. Empreendimento Turístico. I. Alberto Silva, Gerardo. II. Bacharelado em Planejamento Territorial, 2020. III. Título.

Este exemplar foi revisado e alterado em relação à versão original, de acordo com as observações levantadas pela banca no dia da defesa, sob responsabilidade única da autora e com a anuência do orientador.

São Bernardo do Campo, de de

Assinatura da autora: _____

Assinatura do orientador: _____

FOLHA DE ASSINATURAS

Assinaturas dos membros da Banca Examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata TAMARA PORTIS TOBIAS, realizada em 11 de Dezembro de 2020:

Dr. Alexander Patez Galvão

Agência Nacional de Cinema - ANCINE

Me. Rafael Alves Corradi

Mestre em Planejamento e Gestão do Território

Prof. Dr. Gerardo Alberto Silva

Universidade Federal do ABC - Presidente

Agradecimento

Registro aqui meus agradecimentos a todos aqueles que me acompanharam ao longo de minha formação.

Primeiramente a meus pais, irmãos e avó, que desde cedo me acompanharam e orientaram em minha constituição social, humana, política e intelectual. Que sempre me apoiaram em minha trajetória e me deram todo o suporte que puderam.

Agradeço também a meus colegas de graduação Matheus, Giulia e Gabriel, com os quais dividi momentos de angústia e dificuldade, e momentos de reflexão e companheirismo.

À Matheus agradeço por muito mais que isso, agradeço por todos os momentos de companheirismo que transbordam a relação formal da academia. Agradeço o suporte e atenção em meio a crises, agradeço por todas as discussões sobre nossa formação acadêmica e sobre nossas posições políticas, pelas horas que passamos juntos auxiliando um ao outro independentemente da circunstância. Agradeço por ter acreditado em mim, me encorajado e auxiliado em todos os momentos de euforia, dúvidas e dificuldades.

Agradeço a Gerardo, meu orientador, por ter me auxiliado em minha trajetória acadêmica até aqui e por continuar me auxiliando no processo que se iniciou este ano com o mestrado no programa de Planejamento e Gestão do Território. Agradeço por respeitar a liberdade de elaboração necessária para que eu tenha construído e permaneça construindo esta pesquisa. Mas agradeço por muito mais que isso, agradeço por todas as conversas que tivemos para além dos temas acadêmicos, conversas que me fizeram - e que me fazem constantemente - questionar minhas posições e certezas, e rever determinadas elaborações. Agradeço a sensibilidade em todos os momentos de crise e incertezas, por estar sempre disposto a ouvir e interessado em minhas opiniões, por respeitar minhas posições e por ser um amigo em diversos momentos. Agradeço a relação que construímos a cada passo.

Agradeço a todos os professores do Bacharelado em Planejamento Territorial que tiveram fundamental contribuição para minha formação acadêmica. Agradeço especificamente às professoras Luciana Ferrara e Mariana Mencio que durante um ano e meio foram minhas coordenadoras na monitoria no âmbito deste mesmo curso.

Agradeço aos demais trabalhadores da Universidade Federal do ABC, alguns dos quais fiquei bastante próxima ao longo dos meus anos nesta instituição, Zé Carlos, Gil, Joelson, Fabiano e Jorge, com os quais pude conversar com sinceridade sobre as mais diversas questões da vida, do trabalho e dos absurdos cometidos contra estes trabalhadores pela própria UFABC.

RESUMO

Este trabalho aborda o histórico de desenvolvimento territorial, produtivo, econômico, político e social de Paulínia (SP), um município do interior paulista localizado na Região Metropolitana de Campinas. Paulínia é um município de base produtiva e econômica fundamentalmente industrial. Contudo, a partir de 1993, uma série de empreendimentos turísticos foram implementados pela gestão municipal, dentre os quais o projeto do Parque Cultural Cidade Feliz (1993), posteriormente revertido no projeto do Parque Brasil 500 (1995), e o projeto Paulínia Magia do Cinema (2005) – que deu origem ao conhecido Polo Cinematográfico de Paulínia. A partir da trajetória do município busca-se compreender os novos rumos de investimentos locais a partir da década de 1990. Entendemos que a valorização de tais projetos se justifica por tratarem-se de uma estratégia da gestão municipal para a diversificação econômica do município.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local; Diversificação econômica; Empreendimento Turístico; Polo Cinematográfico de Paulínia.

ABSTRACT

This course conclusion work talks about the history of territorial, productive, economic, political and social development of Paulínia (SP), an inland municipality of São Paulo, located in the Metropolitan Region of Campinas. Paulínia is a municipality with a mainly industrial productive and economic base. However, from 1993 onwards, a series of tourist developments were implemented by the municipal management, among which the Parque Cultural Cidade Feliz project (1993), later reverted to the Parque Brasil 500 project (1995), and the Paulínia Magia do Cinema (2005) - which gave rise to the well-known Cinematographic Pole of Paulínia. Based on the municipality's trajectory, it seeks to understand the new directions of local investments in recent decades. We believe that the appreciation of such projects is justified because they are a strategy of municipal management for the economic diversification of the municipality.

Keywords: Local development; Economic development; Tourist enterprise; Polo Cinematográfico de Paulínia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Região Metropolitana de Campinas.....	13
Figura 2: Infraestrutura de Transporte.....	18
Figura 3: Mapa do Índice de Participação dos Municípios no ICMS (Em %) para todos os municípios da RMC - 1980, 1990, 2000, 2005 e 2010.....	25
Figura 4: Mapa do Total de Arrecadação de Impostos Municipais (Em reais de 2019) para todos os municípios da RMC - 1980, 1990, 2000, 2005 e 2010.....	26
Figura 5: Mapa do Total da Receita Municipal (Em reais de 2019) para todos os municípios da RMC - 1980, 1985, 1990, 1995, 2000, 2005 e 2010.....	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População total, urbana e rural - 1950 - 1980.....	19
Tabela 2: Número de empresas por ano de fundação (1966 - 2006) - Paulínia - SP.....	24
Tabela 3: Índice de Participação dos Municípios no ICMS (Em %) (1988 - 1994) - Paulínia - SP.....	26
Tabela 4: Despesas municipais com habitação e urbanismo (1980 - 2010) - Paulínia - SP..	32
Tabela 5: Despesas municipais com habitação e urbanismo (1992 - 1997) - Paulínia - SP..	32
Tabela 6: Despesas municipais com habitação e urbanismo (2001 - 2008) - Paulínia - SP..	33

Sumário

Introdução	12
1 Paulínia: histórico de 1880 a 1970	15
1.1 Dos Trilhos do Carril a emancipação política de Paulínia	15
1.2 REPLAN: uma nova estratégia de desenvolvimento econômico e produtivo	16
1.3 Efeitos imediatos da implantação da REPLAN	18
2 Paulínia: desenvolvimento econômico e produtivo entre 1980 a 2010	22
2.1 Fatores iniciais impulsionadores do remodelamento econômico e produtivo	22
2.2 Avaliação temporal comparada dos fatores econômicos e produtivos do município de Paulínia e Região Metropolitana de Campinas	24
3 Empreendimento Turístico: uma nova estratégia de desenvolvimento econômico e produtivo desde o local	29
3.1 A introdução da política de empreendimentos turísticos às estratégias de desenvolvimento econômico de Paulínia	30
3.2 Investimentos municipais diretamente relacionados	32
4 Considerações finais	36
Referências	40
ANEXOS	46
ANEXO I - Diagnóstico Sociodemográfico do Município de Paulínia (SP)	46

Introdução

Neste trabalho aborda-se o histórico de desenvolvimento territorial, produtivo, econômico, político e social do município de Paulínia (SP), com o objetivo de, a partir da sua trajetória, amparar a compreensão dos novos rumos de investimentos a partir da década de 1990.

Paulínia é um município de base produtiva e econômica fundamentalmente industrial. Contudo, a partir de 1993, uma série de empreendimentos turísticos foram implementados pela gestão municipal, dentre os quais o projeto do Parque Cultural Cidade Feliz (1993), posteriormente revertido no projeto do Parque Brasil 500 (1995), e o projeto Paulínia Magia do Cinema (2005) – que deu origem ao conhecido Polo Cinematográfico de Paulínia. Dessa forma, entendemos que a valorização de tais projetos se justifica por se tratar de uma estratégia da gestão municipal para a diversificação econômica do município.

A trajetória do município indica que, ao mesmo tempo em que a Refinaria do Planalto (REPLAN) fora indispensável para a viabilização dos projetos - em decorrência do alto repasse de ICMS que garantiu ao município, principalmente a partir de 1992 - fora ela também a motivadora da investida em direção a diversificação econômica - posto que a dependência econômica da refinaria e do Polo Petroquímico que constituíra-se ao seu redor tornou-se uma preocupação iminente para os atores locais.

Para uma melhor compreensão do território em questão e seu contexto econômico e geográfico, vale destacar que a cidade de Paulínia se situa no interior do estado de São Paulo, a cerca de 120 Km a noroeste da capital paulista. A cidade é um dentre os 20 municípios que integram a Região Metropolitana de Campinas (RMC), o que lhe garante posição privilegiada com relação à infraestruturas de transporte (proximidade com o Aeroporto Internacional de Viracopos), sistema viário (acesso à rodovia dos Bandeirantes, a rodovia Anhanguera, a rodovia SP-304, a Rodovia D. Pedro I e a Via Dutra.), infraestruturas de telecomunicação e à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Figura 1: Mapa da Região Metropolitana de Campinas

Região Metropolitana de Campinas



Fonte: IBGE - *Elaboração própria*

Com uma população de 105.037 habitantes (Fundação Seade, 2020), Paulínia coloca-se no universo das cidades médias brasileiras, o que lhe garante um conjunto de oportunidades distinto dos das metrópoles, que concentram: alto índice de violência, custo da terra, trânsito e problemas urbanos afins (VALVERDE, 2014). Soma-se a isso a economia do município que é sustentada pelo setor petroquímico, garantindo-lhe um dos maiores PIB per capita do Brasil, R\$ 357.342,06 em 2017, enquanto a metrópole Campinas apresentou no mesmo ano PIB per capita de R\$ 51.317,32 (Fundação Seade, 2017).

Em termos econômicos, a Região Metropolitana de Campinas é uma das mais importantes do país e o município de Paulínia destaca-se neste contexto. A Refinaria de Paulínia (REPLAN), uma das 11 refinarias da estatal Petrobrás (GOMES, 2011), instalou-se na região na década de 1970, desde então, tem desempenhado papel fundamental na economia local (BRANCO, 2011). A REPLAN foi responsável por atrair para a cidade outras indústrias que hoje constituem parte significativa da economia do município, são elas: a Du Pont do Brasil (1972), a CBI Industrial (1974), a Shell do Brasil (1975) e a Galvani (1981) (BRANCO, 2011; CALAZANS, 2017).

De acordo com os objetivos do trabalho, o texto está organizado em três capítulos:

O primeiro capítulo expõe a trajetória inicial de estruturação do município, desde sua primeira aglomeração que era baseada em uma economia agrícola, até a década de sua mais profunda reestruturação econômica e produtiva com a implantação da REPLAN. Para tal foram utilizados livros, dissertações e demais trabalhos que abordam a história do município.

O segundo capítulo analisa o impacto da REPLAN a longo prazo, incluindo as discussões que surgiram em âmbito municipal quanto a dependência econômica da estrutura industrial e a necessidade de diversificação econômica frente a esta profunda dependência.

Em alguns casos a análise do município será realizada em conjunto com os demais municípios da Região Metropolitana de Campinas de forma a estabelecer um parâmetro de comparação para a avaliação das condições econômicas e produtivas de Paulínia e seu desenvolvimento ao longo dos anos.

As variáveis analisadas neste capítulo incluem: número de empresas por ano de fundação, arrecadação municipal de IPTU, ISS e ITBI, índice de participação dos municípios no ICMS, receita municipal por transferências da cota-parte do FPM, IPI, IPVA, ICMS, ITR e IRPF (somatória), somatória do total da Receita Tributária Municipal, do total de arrecadação de impostos municipais e da Receita Municipal Própria e Receita Municipal por Transferências Correntes Intergovernamentais.

Por fim, o terceiro capítulo delinea a política de empreendimentos turísticos como uma nova estratégia de desenvolvimento econômico e produtivo desde a perspectiva local, colocando em evidência os movimentos que foram realizados pelos atores locais para concretizar tal estratégia.

Para isto, serão analisadas leis municipais que versam sobre as estratégias de desenvolvimento municipal, bem como a análise dos gastos municipais em dimensões relacionadas aos empreendimentos turísticos.

Como anexo deste trabalho é possível encontrar um diagnóstico sociodemográfico do município de Paulínia (SP), o qual auxiliou no desenvolvimento deste trabalho e possibilita ter mais clareza sobre determinados aspectos do município em questão.

Embora este trabalho seja um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no âmbito do Bacharelado em Planejamento Territorial, ele é também (ou pretende ser) um primeiro passo da dissertação de mestrado em curso que tem como objetivo uma avaliação da Experiência do Polo Cinematográfico de Paulínia como estratégia de desenvolvimento territorial local.

1 Paulínia: histórico de 1880 a 1970

1.1 Dos Trilhos do Carril a emancipação política de Paulínia

O território no qual está situado o município de Paulínia localiza-se em uma antiga região de sesmarias que foram desmembradas ao longo dos anos em imensas glebas que formaram diversas fazendas na região de Campinas. Em um destes desmembramentos surgiu a Fazenda São Bento, pertencente ao comendador Francisco de Paula Camargo, nesta ocorreu a primeira aglomeração que anos mais tarde daria origem a Paulínia (WASSAL, 2011).

A primeira aglomeração surgida na Fazenda São Bento deveu-se a construção de uma capela que deu origem a um vilarejo, neste o acesso à terra se dava a partir de contratos de trabalho efetuados com os trabalhadores ainda na Itália (MULLER & MAZIERO, 2006 apud WASSAL, 2011).

Em 1886, sob a influência de Campos Salles, então presidente da província de São Paulo, surgiu o primeiro núcleo colonial do Brasil na região de Campinas. Tal estratégia visava a ampliação das vias férreas por meio da aglomeração da população em determinados núcleos, o que auxiliaria este modal de transporte a atender um maior número de pessoas (Ibidem.).

A formação deste núcleo contou com a doação de 1.200 alqueires por parte dos donos da Fazenda Funil, em contrapartida estes exigiam uma estrada de ferro que cortasse sua propriedade, para que facilitasse o escoamento de sua produção. Os alqueires doados foram divididos em 200 lotes, contudo, o projeto fracassou, uma vez que apenas 70 famílias se dispuseram a morar no local. Apenas em 1890, em uma articulação dos fazendeiros locais, foi fundada a Companhia Carril Agrícola Funilense que passou a funcionar parcialmente em 1897 e inaugurada oficialmente em 1899 (MULLER & MAZIERO, 2006, p. 49).

Uma das estações desta via férrea foi instalada nas proximidades da Capela São Bento, o que incentivou o desenvolvimento de um pequeno núcleo urbano a partir de comerciantes, ambulantes e empregados da via férrea que se aglomeravam nas proximidades da estação. Em meados de 1900, a aglomeração de população que viria a dar origem ao município de Paulínia se dividia entre a área rural, constituída pelas fazendas da região, e a área urbana, marcada pela Capela São Bento e pela estação da via férrea (WASSAL, 2011).

O então bairro de José Paulino, que anos mais tarde seria reconhecido como município de Paulínia, ganhou importância a partir do momento em que se instalou em seu território a Companhia Rhodia Brasileira. Em 1942 a Companhia Rhodia comprou a Fazenda São Francisco da Barra para plantar cana-de-açúcar e produzir álcool para abastecer suas fábricas

em Santo André/SP durante a II Guerra Mundial (RHODIA, 2020¹). A instalação da Rhodia aumentou consideravelmente a arrecadação de impostos para Campinas, o que contou para que em 1944 o Bairro de José Paulino fosse elevado a Vila de Paulínia por meio do Decreto-lei 14.334, de 30 de novembro de 1944².

Neste período, um primeiro censo realizado na região apontava que a vila contava com um total de 8.079 habitantes, uma área total de 160 Km² e 600 eleitores (WASSAL, 2020). Existia determinado grau de consciência por parte destes eleitores quanto ao potencial econômico de Paulínia, uma vez que a arrecadação de impostos desta contribuía relevantemente para a região. Diante disto, sob a liderança de José Lozano de Araújo (PSP - Partido Social Progressista) deu-se início a um movimento emancipatório que por meio de um plebiscito realizado em 6 de novembro de 1963 foi decidido pela autonomia política do Distrito de Paulínia (BRITO, 1972 apud WASSAL, 2011).

Em 28 de fevereiro de 1964 foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo a Lei nº 8.092, dispondo sobre o quadro territorial, administrativo e judiciário do Estado. Neste, Paulínia é desmembrada de Campinas e passa de vila a município de Paulínia.

Há um decréscimo no número total de habitantes de Paulínia, a região que contava com 8.079 habitantes no censo de 1944, passa a 6.000 habitantes no de 1965, apesar disso, destes habitantes 1.900 residiam na zona urbana, quase o quántuplo com relação a estimativa de 1944, aumentando para 794 o número de eleitores (BRITO, 1972 apud WASSAL, 2011).

1.2 REPLAN: uma nova estratégia de desenvolvimento econômico e produtivo

Em março de 1965 ocorreu a primeira eleição para escolha dos governantes do município. José Lozano de Araújo (PSP) foi eleito prefeito, tendo Luiz Vansan como vice. Os vereadores eleitos foram: Hélio José Malavazzi, Angelino Pigatto, Anízio Perissinotto, José Motta, João Beraldo, Hélio Ferro, José Improta, Mário Gervenutti Ferro e Orlando Trevenzolli (BRITO, 1972 apud WASSAL, 2011).

José Lozano de Araújo (PSP) foi uma figura importante para a trajetória política e econômica de Paulínia, os interesses e negociações do então prefeito foram determinantes para a instalação da Refinaria do Planalto (REPLAN) no município. Dentre as discussões do governo

¹ RHODIA, 2020. Disponível em:

<<https://www.rhodia.com.br/pt/company/localidades/paulinia/index.html>>. Acesso em: 30 de mar de 2020.

² Decreto-lei 14.334/1944 Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1944/decreto.lei-14334-30.11.1944.html>>. Acesso em: 30 de mar de 2020.

federal pairava a necessidade de maior autonomia com relação a importação de petróleo, para mitigar tal problema, especulava-se a implantação de uma refinaria no interior paulista (WASSAL, 2011).

Inteirado de tais discussões Lozano se adiantou e demonstrou a Petrobras o interesse de negociar a implantação da refinaria no município de Paulínia oferecendo, inclusive, o terreno. Soares (2004) aponta que já na década de 1940 a Rhodia utilizava subprodutos de petróleo em algumas de suas produções - como o sal de nylon - o que considera um indicativo de que a instalação da refinaria no município convergiu com interesses da elite industrial local.

No dia 9 de fevereiro de 1968 o presidente da Petrobras, Arthur Duarte Candal Fonseca, anunciou a inauguração da REPLAN em Paulínia, com previsão de término das obras para o ano de 1972. Muller & Maziero (2006) apontam que mesmo antes do anúncio oficial, obras já haviam sido iniciadas e algumas providências para a garantia de infraestrutura necessária à implantação do complexo industrial haviam sido tomadas

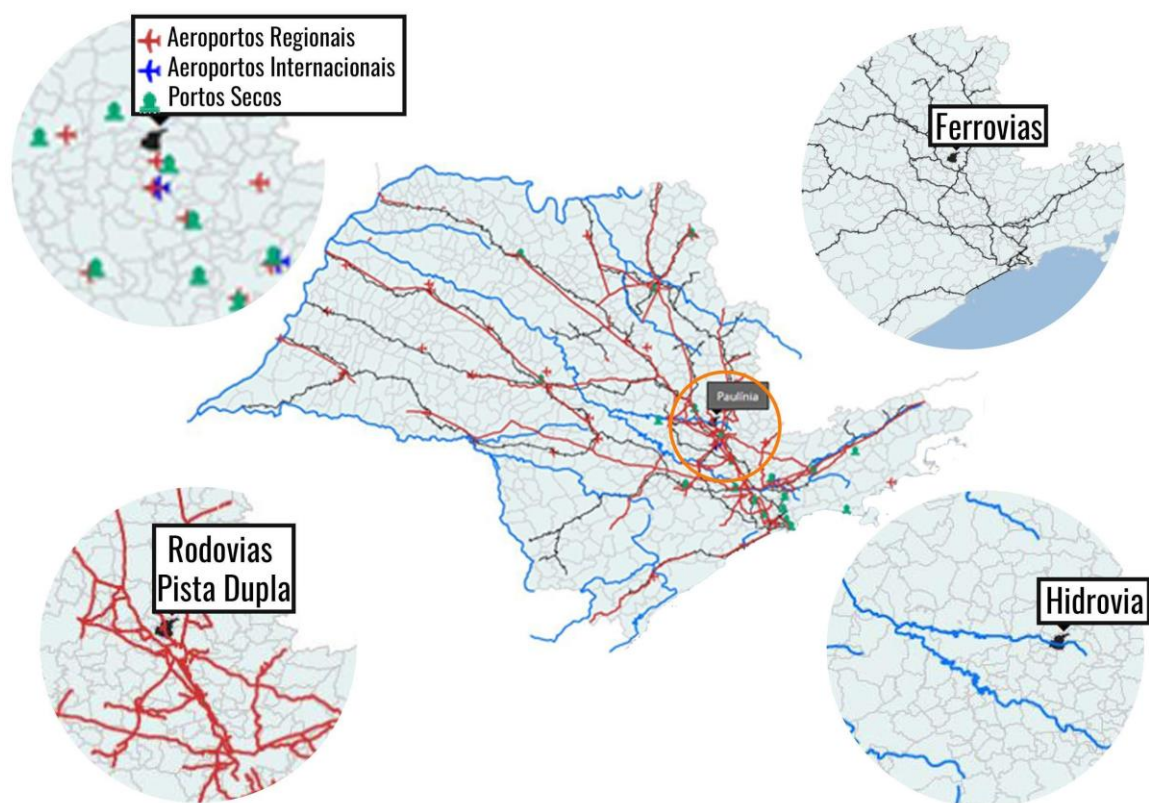
No dia 4 de abril de 1968, por meio da Lei nº 120/68 a prefeitura doou a Petrobras uma gleba de 375,41 alqueires desmembrada da Fazenda São Francisco, pertencente a Rhodia (Lei Municipal nº 120/68³). Em 12 de maio de 1972 foi inaugurada a REPLAN.

Segundo o histórico disponibilizado pelo site oficial da Petrobras⁴ Paulínia foi uma cidade estratégica para a implantação da refinaria pois, “[...] está a 118 km da capital paulista e sua localização, além de permitir maior facilidade de escoamento da produção, está inserida em um contexto de grandes facilidades logísticas, com acesso às principais vias de transporte rodoviário, ferroviário e terminais aéreos do estado de São Paulo.” (Petrobras, 2020).

³ Lei nº 120/1968. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/sp/p/paulinia/lei-ordinaria/1968/12/120/lei-ordinaria-n-120-1968-dispoe-sobre-a-aquisicao-e-doacao-de-area-para-fins-industriais-e-da-outras-providencias?r=p>>. Acesso em: 31 de mar de 2020.

⁴ PETROBRAS, 2020. Disponível em: <<https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-de-paulinia-replan.htm>>. Acesso em: 31 de mar de 2020.

Figura 2: Infraestrutura de Transporte



Fonte: Investe SP - Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade
Montagem própria

Para além dos fatores de localização Takuno (2006) aponta que “[...] a escolha do município de Paulínia, no primeiro momento, se deu pelo bom relacionamento que o prefeito José Lozano de Araújo (1965 - 1969) tinha com parlamentares.” (p. 95), dentre as negociações realizadas pelo prefeito, para além da doação de terreno, houve a proposta de isenção de impostos municipais durante 20 anos, o que demonstra o interesse do prefeito na instalação e permanência da refinaria no município (TAKUNO, 2006 Apud MAZZIERO; SOARES, 1999)

Em decorrência do aporte da refinaria migraram para o território trabalhadores de várias outras localidades, bem como outras indústrias do ramo petroquímico, o que teve relevantes impactos econômicos, urbanísticos e sociais.

1.3 Efeitos imediatos da implantação da REPLAN

A implantação da refinaria teve impactos imediatos no território. Os efeitos vão desde um aumento populacional significativo até a maior arrecadação municipal decorrente tanto da

própria REPLAN, quanto das demais empresas que foram instaladas no município atraídas pelo aporte da refinaria.

Dados dos censos realizados entre 1950 a 1980 demonstram drástico aumento populacional, além de uma inversão entre a predominância de população urbana e população rural.

Tabela 1: População total, urbana e rural - 1950 - 1980

População 1950 - 1980						
Ano	1950			1960		
Município	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Campinas	129.364	100.466	28.898	213.558	183.618	29.940
Paulínia	7.359	589	6.770	5.745	911	4.834
Ano	1970			1980		
Município	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Campinas	375.864	335.756	4.108	685.314	610.642	74.762
Paulínia	10.708	3.673	7.035	20.755	19.085	1.670

Fonte: IBGE/SIDRA. Censos Demográficos.

A tabela acima demonstra entre 1950 e 1960 ocorreu um decréscimo populacional total de aproximadamente 21,93%, sendo que a população urbana aumentou aproximadamente 54,66% e a população rural reduziu em aproximadamente 28,6%. Entre 1960 e 1970 a população total teve um aumento aproximado de 86,38%, a população urbana aumentou 303,18% e a rural 45,53%, durante este período é fundamental considerar o reconhecimento de Paulínia como município no ano de 1964, pois sem dúvida trouxe mais visibilidade ao território, além de mais infraestrutura e empregos, mesmo que ainda incipiente.

O que surpreende é o período entre 1970 e 1980. O território de Paulínia desde a época das sesmarias tinha perfil agrícola - produção de algodão, cana-de-açúcar, milho e arroz (SOARES, 2004), a instalação da Rhodia deu início a uma transformação no perfil produtivo, contudo, apenas em 1972, com a instalação da REPLAN, que esta mudança de perfil produtivo se acirrou.

Os dados populacionais explicitam um intenso êxodo rural que sem dúvidas relaciona-se com o perfil industrial que a cidade passou a assumir com a chegada da Refinaria e demais indústrias do ramo petroquímico. Neste último período a população total teve um aumento

aproximado de 93,82%, sendo que a população urbana aumentou aproximadamente 419,60% e a população rural decresceu aproximadamente 76,26%.

Para além do êxodo rural, diversos trabalhadores migraram de fora do território de Paulínia para trabalharem nas indústrias que nele se instalaram, o que colaborou para o aumento do número total de habitantes do município e especificamente para o número de habitantes residentes na área urbana.

Um outro efeito imediato da implantação da refinaria em Paulínia foi a especulação imobiliária. Soares (2004) afirma que desde a emancipação do município até dezembro de 1967 foram requeridos na Prefeitura Municipal 417 pedidos para aprovação de plantas residenciais, sendo que de janeiro a julho de 1968, um período de apenas seis meses, foram realizadas 128 novas requisições de aprovação: “Segundo o jornal do ACP de 27/09/1969 quinze novas pessoas por dia, vindas da região e de cidades distantes, chegavam em busca de informações sobre a contratação de trabalhadores para as obras da refinaria.” (SOARES, 2004, p. 153).

Também aumentou a oferta de empregos para mulheres devido ao crescente número de empresas de prestação de serviços à indústria, tais como limpeza, lavanderia e alimentação (SOARES, 2004, p. 162).

Mesmo na educação a instalação da REPLAN teve influência, isto é evidenciado no panfleto comemorativo de aniversário do município:

Com efeito, não demorará muito tempo e este Município será um dos que apresentarão maior índice de escolaridade e, em conseqüência lógica, menor índice de analfabetos. (...) Novos cursos encontram-se abertos na cidade, à espera que os interessados façam suas inscrições. São eles: madureza, preparatório ao ginásio e mão-de-obra especializada para pedreiros, mestre-de-obras, preparatório para indústrias químicas, cursos noturnos de desenho mecânico, eletricitista instalador, ajustador, torneiro mecânico e soldador elétrico (Jornal do ACP 28/02/1970, p.01). (SOARES, 2004, p. 157)

Todos os novos cursos oferecidos se relacionavam, de alguma maneira, com serviços concernentes às exigências de mão de obra da refinaria, o que demonstra apoio da gestão local as indústrias que instalaram-se no território neste período, indo além do apoio infraestrutural e fiscal, como a doação de terreno e isenção de impostos.

Uma outra edição do jornal do ACP afirma que apesar de a Rhodia ter se instalado no território em 1945, não houve grande alteração das dinâmicas territoriais e populacionais, pois a maioria dos funcionários eram trazidos diariamente de municípios vizinhos (Jornal do ACP. “E a Petrobrás? Vai bem, obrigado!” de 15/02/1968 apud SOARES, 2004). Já a implantação da refinaria alterou significativamente as dinâmicas do município, atraindo população e acirrando dinâmicas imobiliárias e comerciais.

A esta nova dinâmica municipal, após implantação da REPLAN, soma-se a conjuntura nacional, posto que o Brasil passava por um golpe civil militar que alterou a “normalidade” e instaurou uma série de novas regras de funcionamento territorial. Neste sentido, o decreto-lei 1105 de 20 de maio de 1970 instituiu Paulínia, dentre outros municípios, como sendo área de interesse de Segurança Nacional, uma das consequências desse ato foi a suspensão das eleições diretas para prefeitos, que passaram a ser indicados pelo Presidente da República.

2 Paulínia: desenvolvimento econômico e produtivo entre 1980 a 2010

Neste ponto será realizada uma análise dos fatores econômicos e produtivos com vistas a estabelecer um panorama do município de Paulínia e seu desenvolvimento nestas duas dimensões ao longo dos anos. Tal análise corrobora com o objetivo deste trabalho no que concerne a compreensão dos novos rumos dos investimentos de Paulínia nas últimas três décadas, principalmente a partir de 1993.

Segundo Calazans (2017) três fatos se destacam na dinâmica social e espacial de Paulínia: a construção da estação ferroviária José Paulino (1899), a implantação da indústria têxtil Rhodia (1942) e a implantação da REPLAN a partir de 1969. Para a análise aqui proposta, serão adicionados a esses fatos os projetos empreendidos pela gestão pública municipal a partir de 1993, incluindo desde o Parque Cultural Cidade Feliz (1993), posteriormente revertido no projeto do Parque Brasil 500 (1995), até o projeto Paulínia Magia do Cinema (2005) no qual foi idealizado o Polo Cinematográfico de Paulínia, estes projetos serão denominados e abordados enquanto políticas de empreendimento turístico.

Em alguns casos a análise do município será realizada em conjunto com os demais municípios da Região Metropolitana de Campinas de forma a estabelecer um parâmetro de comparação para a avaliação das condições econômicas e produtivas de Paulínia e seu desenvolvimento ao longo dos anos.

As variáveis analisadas neste capítulo incluem: número de empresas por ano de fundação, arrecadação municipal de IPTU, ISS e ITBI, índice de participação dos municípios no ICMS, receita municipal por transferências da cota-parte do FPM, IPI, IPVA, ICMS, ITR e IRPF (somatória), somatória do total da Receita Tributária Municipal, do total de arrecadação de impostos municipais e da Receita Municipal Própria e Receita Municipal por Transferências Correntes Intergovernamentais.

2.1 Fatores iniciais impulsionadores do remodelamento econômico e produtivo

Como já fora citado, o desenvolvimento econômico e produtivo de Paulínia passou por alguns momentos ao longo dos anos, desde o século XIX a principal atividade econômica do município era a produção agrícola de cana-de-açúcar.

Na década de 1940 a indústria têxtil Rhodia foi um elemento importante para dar início a mudança de perfil econômico e produtivo do município, contudo, neste momento ainda tratava-se de uma mudança bastante incipiente, pois a produção agrícola de cana-de-açúcar

permaneceu sendo necessária, uma vez que a Rhodia tinha como principal atividade a produção de álcool para abastecer suas fábricas em Santo André/SP (RHODIA, 2020).

Em 1965 a Rhodia passou de indústria têxtil para indústria de produtos químicos e têxteis, o que foi de grande relevância para Paulínia, pois elevou significativamente a arrecadação de impostos e fez com que no mesmo ano o município passasse de distrito a município de Paulínia. Cunha e Duarte (2006) afirmam que segundo o Plano Urbanístico de Desenvolvimento de 1968 a arrecadação de ICM da indústria Rhodia era responsável por 97% da receita municipal.

Os autores afirmam ainda que desde 1960 pequenas indústrias familiares instalaram-se no município, mas estas não apresentavam muita perspectiva de crescimento, uma vez que contavam com um pequeno capital de investimento e mercado restrito. Todavia, sob a influência dos burburinhos quanto a implantação da REPLAN em Paulínia, entre 1966 e 1968 empresas nos ramos de papel e papelão, material de transporte e mineral não metálico instalaram-se no município. Tais empresas chegavam a utilizar 32% da mão de obra ativa na indústria (CUNHA & DUARTE, 2006).

Para além disso, na década de 1960 uma série de políticas governamentais foram implementadas visando a desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), neste processo a região de Campinas foi bastante beneficiada tornando-se, já na década de 1970, a segunda área de concentração industrial do país (CUNHA & DUARTE, 2006).

Este contexto não exerceu uma influência imediata e relevante para a dinâmica industrial do município de Paulínia, que abarcava em seu território algumas poucas indústrias, com destaque para a Rhodia. Todavia, tal desenvolvimento industrial da região de Campinas garantiu ao território paulinense vantagens locacionais que lhe viriam a ser importantes na decisão tomada quanto a implantação da REPLAN neste território.

Após 1972, com a implantação da REPLAN, a dinâmica industrial de Paulínia passou por mudanças significativas, exercendo influência sobre toda a dinâmica produtiva e econômica do município.

A tabela a seguir apresenta dados referentes às empresas instaladas no município por ano de fundação; a partir dela é possível vislumbrar alguns dos impactos da refinaria no contexto produtivo do município.

Tabela 2: Número de empresas por ano de fundação (1966 - 2006) - Paulínia - SP

Ano de fundação	Total	Agricultura e pecuária	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Construção	Comércio	Alojamento e alimentação	Transporte, armazenagem e comunicações	Intermediação financeira e serviços relacionados	Atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas	Educação	Saúde e serviços sociais	Outros serviços
Até 1966	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1967 a 1970	8	1	-	4	-	2	-	-	1	-	-	-	-
1971 a 1980	77	-	1	7	3	25	8	11	1	7	-	3	11
1981 a 1990	331	2	-	32	12	175	35	19	2	20	2	1	31
1991 a 1995	435	3	-	27	13	214	45	38	4	57	5	1	28
1996 a 2000	835	1	2	51	22	435	47	98	4	119	8	11	37
2001 a 2003	634	5	-	31	20	340	64	67	1	72	3	9	22
2004	235	-	-	10	2	113	23	34	3	36	2	3	9
2005	223	-	-	10	4	119	16	21	2	36	1	-	9
2006	226	8	-	3	6	113	19	33	2	27	-	2	13

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas

Segundo dados da tabela 2, até o fim da década de 1960 poucas empresas instalaram-se no município, chegando a 1970 com a fundação de 8 empresas, sendo que 5 destas eram do ramo da indústria de transformação, 2 de comércio e 1 de agricultura e pecuária.

A partir da década de 1970 ocorreu expressiva expansão do número de empresas fundadas no município, o principal motivo para esse salto no número de empresas foi a alteração da dinâmica econômica e produtiva que a implantação da REPLAN ocasionou.

Os efeitos econômicos e produtivos da refinaria não ficaram restritos a indústria de transformação e a empresas prestadoras de serviços relacionados, serviram também para a dinamização e expansão dos empreendimentos comerciais, imobiliários, da construção civil, de serviços de hospedagem e alimentação, transporte e comunicação e intermediação financeira.

Entre 1971 e 1980 foram fundadas 77 empresas no município, no período seguinte, 1981 a 1990, este número subiu para 331, entre 1991 e 1995 para 435, chegando ao auge no período entre 1996 e 2000 com a fundação de 835 empresas. Nota-se que o aumento no número de empresas foi estuendo, pois, mesmo que na tabela o período entre anos tenha sido reduzido a partir de 1991, para um intervalo de 4 anos, o número de empresas fundadas no município aumentou drasticamente.

Ao mesmo tempo em que essa explosão de empresas fundadas no município surgiu como efeito da implantação da REPLAN, passou também a ser parte de uma dinâmica de remodelamento das características econômicas, produtivas⁵ e sociais de Paulínia.

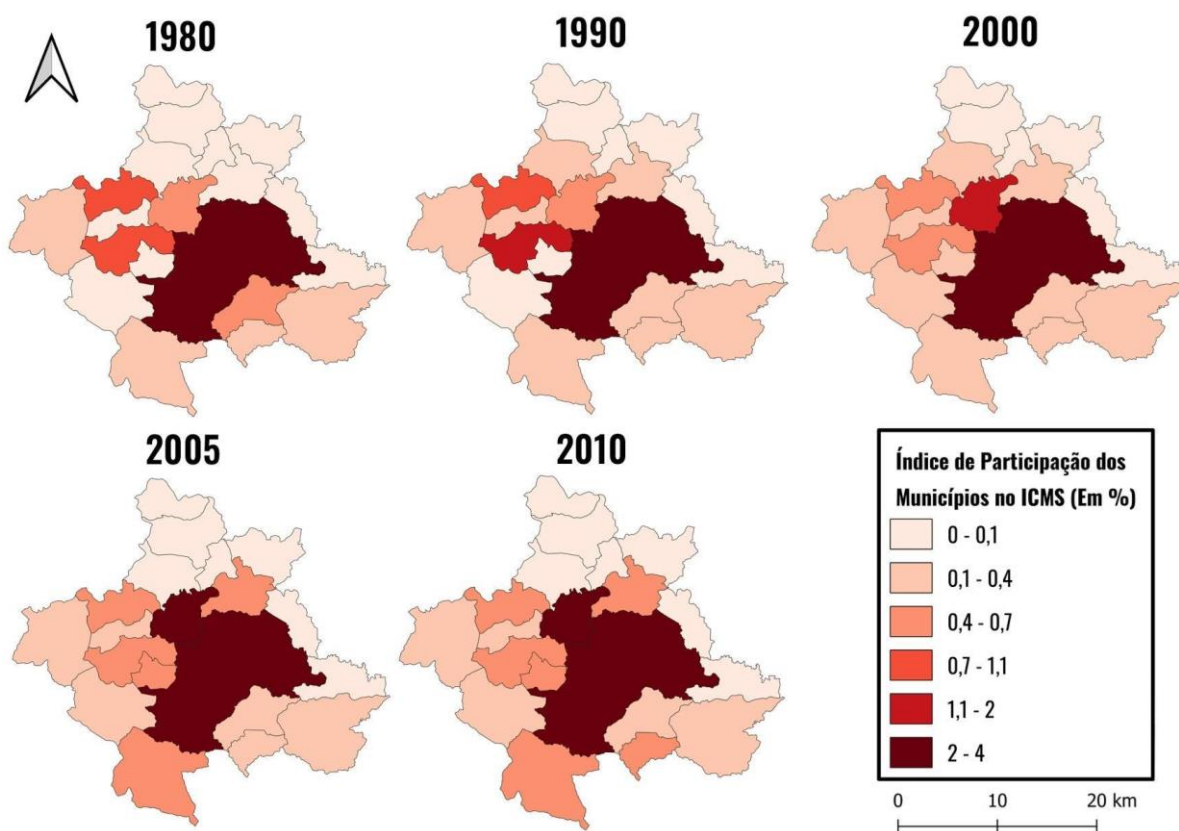
⁵ Por questões técnicas, é necessário que muitas indústrias se instalem nos arredores de refinarias. Por exemplo, aquelas que utilizam as frações gasosas ou mesmo outras frações mais leves e voláteis como a NAFTA, separadas do petróleo cru no processo de refino, necessitam de instalação muito próxima à refinaria, em termos geográficos, pois, o transporte desses produtos à longas distâncias por meios que não tubulações que estabelecem uma conexão direta entre refinarias e indústrias inviabilizaria o negócio e representaria uma conjectura logística extremamente insegura. Este fator é fundamental para compreender a instalação e permanência de determinadas indústrias

2.2 Avaliação temporal comparada dos fatores econômicos e produtivos do município de Paulínia e Região Metropolitana de Campinas

Com a inauguração da REPLAN em 1972 foi significativo o número de outras indústrias do ramo petroquímico que se instalaram no município: a Du Pont do Brasil (1972), a CBI Industrial (1974), a Shell do Brasil (1975) e a Galvani (1981) (BRANCO, 2011; CALAZANS, 2017). Desde então, grande parte da arrecadação de Paulínia passou a ser proveniente do parque industrial garantindo-lhe receita bastante superior à dos demais municípios da atual RMC.

Os mapas a seguir, referentes ao Índice de Participação dos Municípios no ICMS (Em %), demonstram a disparidade entre Paulínia e os demais municípios da RMC.

Figura 3: Mapa do Índice de Participação dos Municípios no ICMS (Em %) para todos os municípios da RMC - 1980, 1990, 2000, 2005 e 2010



Fonte: SIDRA/IBGE, 2019 - Elaboração Própria

Entre o mapa de 1990 e o de 2000 é possível perceber uma alteração do Índice de Participação do município. Até 2000 o índice de Paulínia já era acima do de alguns municípios,

(petroquímicas ou indústrias que dependem dos insumos destas supracitadas) nos arredores de refinarias.

contudo, de 1990 para 2000 o índice do município aumentou de 0,58% para 1,96%, passando então a ser comparável ao da metrópole Campinas que de 1990 para 2000 teve alteração de 2,56% para 2,83% respectivamente. No ano de 2005 Paulínia ultrapassou a metrópole, seu índice de participação no ICMS do estado foi de 3,93% ao passo que o de Campinas foi de 2,43% (SIDRA/IBGE).

Tal alteração de um período para outro justifica-se pelo fato de José Lozano, então prefeito do município no final da década de 1960, ter concedido a REPLAN isenção de impostos, taxas ou outros tributos municipais pelo período de 20 anos, a partir do seu funcionamento (TAKUNO, 2006), o que explica um aumento expressivo na arrecadação de ICMS a partir de 1991, uma vez que a REPLAN foi oficialmente inaugurada em 1972, mas há indícios do início de seu funcionamento em ano anterior a esta data.

Tabela 3: Índice de Participação dos Municípios no ICMS (Em %) (1988 - 1994) - Paulínia - SP

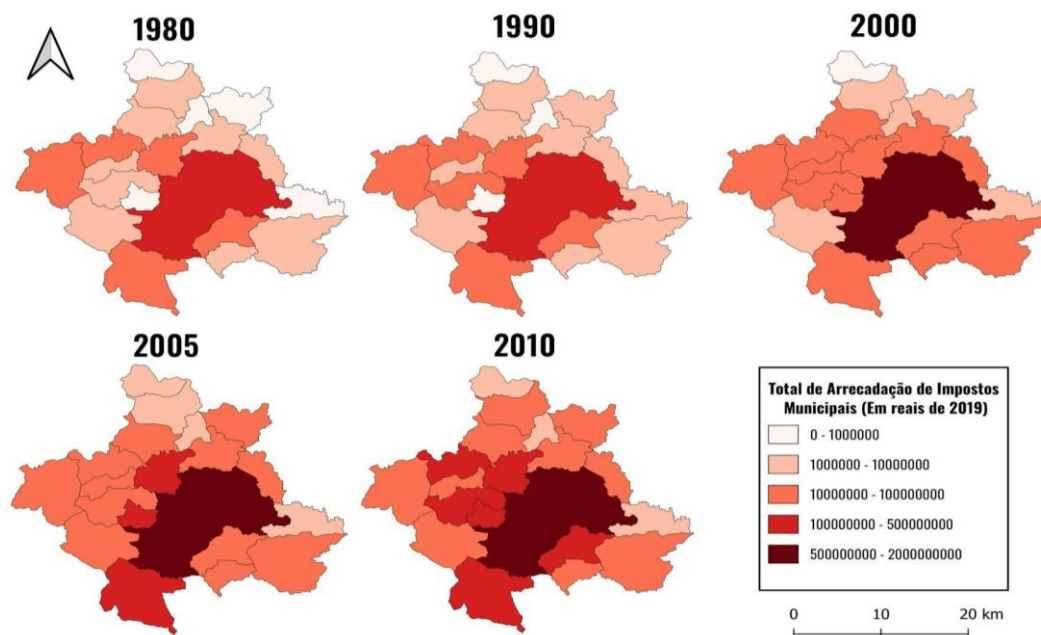
Índice de Participação dos Municípios no ICMS (Em %)						
1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
0,584209	0,536971	0,585966	0,923577	1,306	1,590502	1,802244

Fonte: SIDRA - IBGE

A tabela 3 explicita a alteração da participação do município a partir de 1991, quando o índice que se mantinha estável em torno de 0,5% passa para 0,9%, subindo para 1,3% no ano seguinte e permanece acima de 1,0% com crescimento constante de 1992 em diante.

Quanto a arrecadação de impostos municipais, isto é, os impostos de recolhimento exclusivo do município (ISS, ITBI e IPTU), os mapas abaixo demonstram os valores em reais (R\$) para os municípios da RMC.

Figura 4: Mapa do Total de Arrecadação de Impostos Municipais (Em reais de 2019) para todos os municípios da RMC - 1980, 1990, 2000, 2005 e 2010



Fonte: SIDRA/IBGE, 2019 - *Elaboração Própria*

Nestes mapas é possível observar significativo aumento da arrecadação de impostos a partir de 2005. Ao que a natureza de tais arrecadações indica estas não estão diretamente relacionadas às indústrias instaladas no município, por tratarem-se de impostos municipais. O ISS é um imposto que tem como fato gerador a prestação de serviços; já o ITBI é um imposto que incide sobre a compra e venda de imóveis e é pago pelo comprador; e o IPTU incide sobre a propriedade de bem imóvel localizado na zona urbana de cada município.

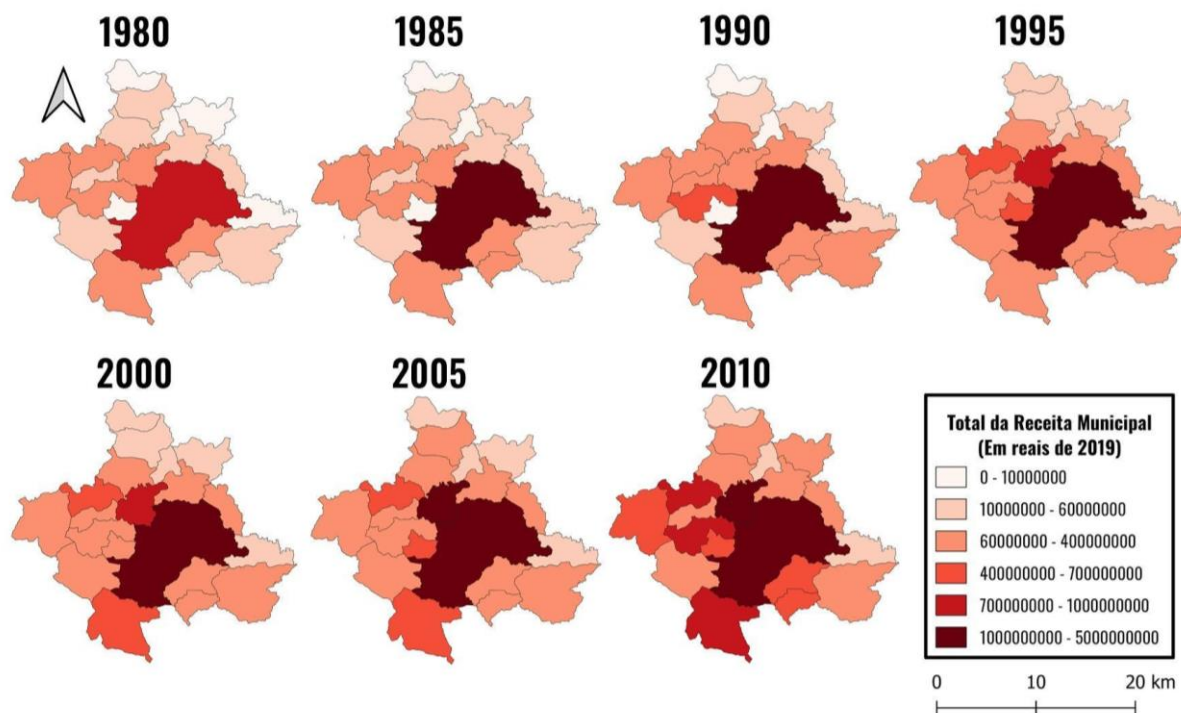
Farias (2014) aponta que em Paulínia houve uma defasagem na Planta Genérica de Valores que estabelecia a base de cálculo do IPTU, este foi calculado, até 2014, com base nos valores da Lei Nº 2163 de 1997. Mesmo diante desta desatualização na arrecadação do IPTU os mapas indicam que a partir de 2005 Paulínia é um dos municípios com maior total de arrecadação, esta posição deve-se a arrecadação do ITBI e principalmente a alta arrecadação de ISS no município, que só é menor do que a da metrópole Campinas.

A arrecadação de ISS do município de Paulínia, desde meados da década de 1980, já apresentava-se como uma das maiores dentre os municípios comparados, a manutenção desta posição, bem como o aumento da arrecadação de ISS a partir da década de 1990, tem como um dos possíveis fatores a alteração da dinâmica produtiva do município a partir de 1993, com o crescente número de estabelecimentos especializados na prestação de serviços.

Apesar deste aumento, o valor arrecadado em ISS está longe de ser a principal receita do município, uma vez que o ICMS é o “carro-chefe” de Paulínia. Os mapas abaixo, referentes

ao Total da Receita Municipal para os municípios da RMC demonstra o quanto Paulínia se destaca com relação aos demais.

Figura 5: Mapa do Total da Receita Municipal (Em reais de 2019) para todos os municípios da RMC - 1980, 1985, 1990, 1995, 2000, 2005 e 2010.



Fonte: SIDRA/IBGE, 2019- Elaboração Própria

A maior fonte de receita de Paulínia é o repasse de ICMS, por isso é notável uma mudança no total da receita a partir de 1995. Pois, como já fora citado, a REPLAN, principal indústria do município, foi alvo de isenções fiscais até meados de 1990.

Após a análise dos mapas de arrecadação de ICMS e da arrecadação de impostos municipais é compreensível o destaque que Paulínia apresenta em sua receita total, sendo o único município da RMC que é comparável a metrópole Campinas.

Este alto valor de receita total, associado a fatores locais, como o fato de integrar o território da RMC, garantiu a Paulínia a possibilidade de se desenvolver como um território produtivo diferenciado. Isto, em alguma medida, ampara as apostas feitas pela gestão municipal, a partir de 1993, em empreendimentos que garantissem a diversificação produtiva do município e uma menor dependência com relação a repasses externos decorrentes das grandes empresas instaladas no território paulinense.

3 Empreendimento Turístico: uma nova estratégia de desenvolvimento econômico e produtivo desde o local

O aumento do repasse de ICMS para Paulínia em 1991 convergiu com a eleição de Edson Moura (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro) como prefeito de Paulínia no ano de 1993. Neste mesmo ano uma série de medidas foram colocadas em prática, pela então gestão municipal, visando a diversificação econômica e produtiva do município.

A principal aposta foi o ramo do turismo, com foco na cultura e no entretenimento. A partir deste capítulo, as investidas da gestão municipal em direção a diversificação da base econômica e produtiva local, serão abordadas enquanto política de empreendimentos turísticos.

Em escala mundial pode-se dizer que a opção pelo ramo do turismo não fora um investimento deslocado das dinâmicas econômicas da época. De acordo com o que Varas (2006) afirma em seu artigo “Da produção territorial de bens à produção territorial de serviços: sobre os distritos turísticos na Itália”, analisando um período entre 1950 e 1993 nota-se um crescimento no fluxo de turistas de 25 milhões para 500 milhões ao ano, o que representa um crescimento de 7% ao ano (fonte: World Tourism Organization - WTO Apud VARAS, 2006).

No mesmo artigo Varas demonstra que os ingressos referentes ao turismo internacional tiveram um crescimento médio em sua taxa percentual anual de 13%, à medida que a taxa dos serviços comerciais foi de 10% e a das exportações de bens foi de 7% (WTO - Gatt Apud VARAS, 200). Tais alterações demonstram que houve um crescimento na importância econômica do ramo do turismo, colocando-o em uma posição interessante nos circuitos de mercado.

Mas, para o caso de estudo deste trabalho, o mais interessante da análise realizada por Varas (2006) é o apontamento referente a uma alteração dos gostos e preferências do consumidor individual. Alteração esta que foi capturada não só pela indústria manufatureira, mas também pelos serviços prestados (POON, 1988 Apud VARAS, 2006), o que Varas considera uma tendência crescente do turismo moderno.

Ao falar da tendência da demanda turística mundial em direção a novos produtos, Varas (2006) refere-se principalmente a diversificação das destinações e apresenta dados que indicam uma alteração no eixo das viagens, destacando que: “[...] mesmo que a concentração da demanda por destinações na América e na Europa ainda fosse evidente em 1992, é significativo que em 1950 destinações diferentes dessas representassem apenas 19% do total, percentual que aumenta para 21% em 1970 e 31% em 1992 (fonte: WTO)” (VARAS, 2006, p. 51).

Diante disso, os projetos colocados em andamento pela gestão pública municipal em Paulínia, visando a criação de novos empreendimentos que diversificassem a economia local, convergem com as dinâmicas econômicas e as reestruturações que vêm ocorrendo em escala mundial.

Outro aspecto que cabe ser destacado quanto a este projeto é o fato de tal empreendimento ter sido uma iniciativa da própria gestão pública municipal, que via no turismo uma possibilidade de diversificar a economia do município e assim minimizar a dependência econômica da vultosa arrecadação de impostos decorrentes da refinaria e do polo petroquímico que instalara-se no seu entorno.

Ao mesmo tempo em que essa nova estratégia econômica voltada para o turismo fora uma forma de tentar escapar da dependência da arrecadação dos impostos, o investimento neste novo empreendimento só fora possível em decorrência da alta arrecadação de impostos incidentes sobre as indústrias instaladas em Paulínia e o desenvolvimento do empreendimento fora auxiliado pelas vantagens locacionais que já eram um forte atributo da RCM, mas que no município em questão foram intensificadas pela refinaria - tais como: empresas especializadas em Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) e empresas de prestação de serviços como hotelaria e alimentação.

3.1 A introdução da política de empreendimentos turísticos às estratégias de desenvolvimento econômico de Paulínia

Um primeiro passo tomado por Edson Moura (PMDB) já no início de 1993 fora a promulgação da Lei Nº 1689. Esta lei teve por finalidade a introdução de um propósito turístico as estratégias de desenvolvimento econômico de Paulínia.

A Lei Nº 1689/1993 acrescentou incisos ao artigo 1º da Lei Nº 648/1979. Esta última versava sobre a constituição da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Paulínia S/A - EMDEP.

A Lei Nº 648/1979, alterada pela Lei Nº 655/1979, contava com quatro incisos referentes às finalidades e objetivos da EMDEP em seu artigo 1º: o primeiro inciso atribuía a EMDEP a responsabilidade por executar obras e serviços públicos de caráter econômico; o segundo atribuía a EMDEP a responsabilidade de realizar estudos e projetos referentes ao desenvolvimento físico territorial, socioeconômico e urbanístico; o terceiro atribuía a EMDEP a responsabilidade por coletar dados e fiscalizar tanto as atividades da própria empresa, quanto às atividades da administração pública e terceiros que ocasionalmente fossem contratados; por

fim, o quarto inciso atribuía a empresa a responsabilidade de promover festejos de cunho popular.

Evidentemente a criação da EMDEP tinha por objetivo a inserção da gestão pública do município em dinâmicas econômicas. A afirmação de Oscar Barreto Filho (1976), corrobora com a reflexão acima: "O que se visa, na verdade, com a criação da "empresa pública", é instituir um instrumento de atuação do Estado no campo econômico" (p. 402) e continua "[...] embora possa a sociedade em geral ter ou não objetivo econômico, é imanente ao conceito de empresa o exercício de atividade econômica." (p.406).

Isto explicita que o interesse de transformar Paulínia em um município de caráter empreendedor não partira de Edson Moura (PMDB), já em 1979 esta perspectiva estava colocada para o município. Neste sentido, o que a Lei Nº 1689/1993 fez, foi delinear em que modalidade de empreendimento Paulínia se envolveria para diversificar sua economia.

Ao analisar a Lei Nº 1689/1993 são evidenciados eixos orientadores do desenvolvimento econômico pretendido para o município, os incisos que foram adicionados por esta lei referem-se principalmente: a gestão e exploração econômica do sistema de transporte; a gestão e exploração econômica do sistema de saneamento; a gestão das questões de habitação e exploração econômica do ramo imobiliário; e por fim, os últimos incisos tratam com maior especificidade de questões relacionadas ao turismo.

O inciso XXV aborda o estudo, viabilização e implantação de obras e serviços que atendam às necessidades de educação, cultura, assistência social e entretenimento, ressaltando a importância de explorar economicamente os locais passíveis de produção de renda: teatros, autódromos, centros culturais, estádios, centros de exposição, áreas de lazer e afins.

O inciso XXVII atribui a EMDEP a função de atuar no ramo de hotéis e turismo, abrangendo estruturas de hospedagem, transporte turístico, atividades e agência de viagens e turismo.

O inciso XXIX refere-se à prestação de serviços na área de ensino ligados ao ensino superior ou profissionalizante: cursos, palestras, treinamentos, seminários, exposições. Outros incisos finais abordam algumas outras possibilidades de diversificação econômica.

Em suma, a Lei Nº 1689/1993 dá diretrizes ao desenvolvimento econômico de Paulínia. Se observadas, as obras e atividades realizadas nas gestões de Edson Moura (PMDB) nos anos subsequentes estão estreitamente relacionadas aos objetivos colocados nesta lei.

3.2 Investimentos municipais diretamente relacionados

Uma série de investimentos foram realizados pela prefeitura de Paulínia no que concerne ao desenvolvimento de estruturas de caráter turístico. A partir das Informações dos Município Paulistas (IMP), levantadas pela Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP), serão analisadas as despesas municipais de Paulínia com habitação e urbanismo desde a década de 1980 até o ano de 2010.

A tabela 4 demonstra o valor em Reais (R\$) que foi empenhado pelo município em gastos com habitação e urbanismo. Vale ressaltar que o principal direcionamento de verba teve como foco o urbanismo e não a habitação. Tal afirmação é possível, pois, a partir de 2002 os dados de despesas passaram a ser disponibilizados em categorias separadas, os dados que aparecem na tabela como sendo despesas com “habitação e urbanismo”, após o ano de 2002, são resultado da somatória das duas categorias.

Tabela 4: Despesas municipais com habitação e urbanismo (1980 - 2010) - Paulínia - SP

Despesas Municipais com Habitação e Urbanismo						
1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
25.916.112	55.704.610	29.174.835	159.462.473	89.844.212	386.140.361	187.867.687

Fonte: AGEMCAMP - IMP Séries Interrompidas

Na tabela é notável o aumento dos gastos no período entre 1990 e 1995 e no período entre 2000 e 2005. Ressalta-se que o aumento de despesas com habitação e urbanismo coincide tanto no primeiro, quanto no segundo período, com a gestão municipal do então prefeito Edson Moura (PMDB). A primeira gestão durou de 1993 a 1996 e a segunda gestão, com reeleição, durou de 2001 a 2008.

Na tabela 5 encontram-se mais especificados os valores das despesas com habitação e urbanismo durante o período da primeira gestão (contando um ano anterior a gestão e um ano posterior). A tabela indica aumento dos gastos a partir de 1993, ano em que Edson Moura (PMDB) tomou posse, e decréscimo no primeiro ano subsequente a gestão.

Tabela 5: Despesas municipais com habitação e urbanismo (1992 - 1997) - Paulínia - SP

Despesas Municipais com Habitação e Urbanismo					
1992	1993	1994	1995	1996	1997
67.300.609	98.587.501	130.899.775	159.462.473	161.833.864	82.566.933

Fonte: AGEMCAMP - IMP Séries Interrompidas

No ano de 1993, por meio da Lei Nº 1663, foi criada a Secretaria da Indústria, do Comércio e do Turismo, esta, por meio da Lei Nº 2568/2002 teve sua denominação alterada para Secretaria de Turismo, Cultura e Eventos, tendo a responsabilidade de garantir a formulação e implantação das políticas de turismo no município (Lei Nº1663/1993).

Esta mudança no nome da secretaria na segunda gestão de Edson Moura (PMDB) foi um passo evidente em direção a uma tentativa de reestruturação da economia local, pois, retira-se do horizonte da própria lei o ramo da “indústria”, bastante relevante para a arrecadação do município, e foca em “Turismo, cultura e eventos”.

A partir da criação da Secretaria de Turismo, Cultura e Eventos outras leis e decretos foram instituídos para dar outras providências e uma série de iniciativas foram tomadas para o desenvolvimento do turismo como novo setor econômico empreendido pelo município.

Os gastos deste período relacionam-se, principalmente, com o início da implantação do Parque Cultural Cidade Feliz em 1993, quando por meio do Decreto Nº 3362/1993, sancionado por Moura (PMDB), declarou-se a utilidade pública e foi autorizada a desapropriação de área pertencente ao Espólio de Jandyra Pamplona de Oliveira para a implantação do Parque Cultural Cidade Feliz.

Em 1994 foi sancionado um novo decreto Nº 3492/1994 ampliando a área desapropriada para a implantação do complexo. E em 1995 Edson Moura (PMDB) sancionou e promulgou o Decreto Nº 1936/1995, o qual dispôs sobre a concessão de parte da área desapropriada pelo decreto supracitado como direito real de uso para o Fundo de Investimento Imobiliário - Brasil 500, a fim de possibilitar a implantação do Parque Brasil 500 um complexo de turismo, cultura e lazer.

Entre 1997 e 2001, com a saída de Edson Moura (PMDB) da prefeitura de Paulínia, é retomado o decréscimo nos gastos com urbanismo demonstrado na tabela 5 para o ano de 1997. A tabela 6, por sua vez, especifica os valores das despesas com habitação e urbanismo durante a segunda e a terceira gestão de Edson Moura (PMDB), entre 2001 e 2008, período em que tais despesas voltam a subir.

Tabela 6: Despesas municipais com habitação e urbanismo (2001 - 2008) - Paulínia - SP

Despesas Municipais com Habitação e Urbanismo							
2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
69.188.004	162.087.317	251.463.301	336.628.693	386.140.361	315.138.751	270.220.575	170.326.932

Fonte: AGEMCAMP - IMP Séries Interrompidas

O aumento dos gastos com urbanismo e as desapropriações realizadas no ano de 2002 demonstram uma retomada da política de empreendimentos turísticos com a volta de Edson Moura (PMDB) a gestão municipal de Paulínia. Só em maio de 2002 foram decretadas nove desapropriações que tinham como finalidade principal o desenvolvimento do turismo (Decreto N° 4943/2002; N° 4942/2002; N° 4932/2002; N° 4931/2002; N° 4930/2002; N° 4929/2002; N° 4928/2002; N° 4926/2002; N° 4925/2002).

Nos anos subsequentes foi realizada a concessão de subvenções sociais relacionadas com atividades de cultura correlatas ao turismo (Lei N° 2658/2003; N° 2630/2003; N° 2716/2004) e transferência de recursos para funcionamento da Secretaria de Turismo, Cultura e Eventos (Decreto N° 5020/2003).

Entre 1994 (construção do Portal Medieval vide Decreto N° 3747/1994) e 2009 (inauguração do Portal Greco Romano) foram construídos 4 portais de entrada na cidade, o valor de tais construções foi significativo, bem como o valor de outras obras que foram construídas durante a gestão de Edson Moura (PMDB) como o Theatro Municipal e a pirâmide de vidro que cobre a Igreja São Bento.

Em sua monografia, Ramelo (2014) afirma que há uma disputa política entre grupos em Paulínia. De um lado, o grupo representado por José Pavan Junior (Democratas - DEM) sustenta uma campanha baseada em políticas públicas voltadas a garantias sociais; de outro, o grupo representado por Edson Moura (PMDB), aposta nos investimentos em empreendimentos turísticos e culturais que garantam ao município a diversificação de sua base econômica e produtiva, que é fundamentalmente industrial, por meio do incentivo e promoção de um setor de turismo e entretenimento.

Tal disputa permeia as decisões de investimentos realizados pelo município nas últimas três décadas, o que explica em parte as descontinuidades dos projetos ao longo dos anos.

Se por um lado a política de empreendimentos turísticos é enfraquecida em meio a esta instabilidade, não encontrando investidores que se interessem pelos empreendimentos; por outro, o projeto que visa investir diretamente na dimensão social também não se concretiza plenamente, prejudicando a população local que fica a mercê dos jogos políticos, uma vez que, as descontinuidades ocorrem em todas as dimensões, desde os cursos e lazeres oferecidos por parte da gestão que visa o turismo, até as políticas públicas de cunho social defendidas pelo outro grupo.

Diante deste contexto, os projetos que foram citados neste trabalho encontram-se atualmente em diferentes condições. O projeto do Parque Cultural Cidade Feliz fora convertido

no projeto do Complexo Cultural Parque Brasil 500. Este, por sua vez, passou a funcionar como um parque utilizado para a realização de eventos culturais e é utilizado pela população para a prática de esportes. Nele estão abarcadas as estruturas do sambódromo, do teatro municipal e da prefeitura. Por ocasião da pandemia do COVID-19 o acesso ao parque, para prática de exercícios, está interditado.

O projeto Paulínia Magia do Cinema, por sua vez, foi responsável pela idealização do Polo Cinematográfico de Paulínia e do Festival de Cinema de Paulínia. Contudo, o festival fora extinto em 2014, ano em que ocorreu sua VI e última edição, em meio a crises políticas e interdições entre Edson Moura Jr. e José Pavan Jr. E o Polo Cinematográfico encontra-se abandonado, parte de sua estrutura fora deteriorada (vidros quebrados, pilastras com ferro a mostra, forros caídos etc.) e equipamentos de alto custo desapareceram (NUNES, 2019).

4 Considerações finais

Ao longo deste trabalho foi possível acompanhar as grandes transformações produtivas, econômicas e sociais ocorridas do município de Paulínia. Estas mudanças são importantes para compreender o município e suas dinâmicas territoriais.

Vimos, com efeito, como os quatro momentos da história de Paulínia – a construção da estação ferroviária José Paulino em 1899, a implantação da indústria têxtil Rhodia em 1942, a implantação da REPLAN a partir de 1969 e os Empreendimentos Turísticos angariados pelo município a partir de 1993 – impactaram, de maneiras diferentes, o desenvolvimento do município.

Foi a construção da REPLAN, entretanto, que fora inaugurada no ano de 1972, que deu ao município o perfil industrial sustentado até os dias de hoje. Devido a refinaria as dinâmicas produtivas do município foram completamente alteradas, de um município de base econômico-produtiva essencialmente agrária passou a um relevante município de base industrial.

O Polo Petroquímico representou (e ainda representa) o “carro-chefe” da economia do município. Assim, a vultosa receita municipal tem como origem principal o repasse de ICMS recolhido da REPLAN e das demais indústrias instaladas a seu redor.

Financeiramente, pode-se afirmar que o município tem vantagens consideráveis se comparado a realidade da massiva maioria dos municípios brasileiros, suas vantagens vão desde a alta receita municipal, até a região na qual está inserido, que por ser bem infra estruturada poupa o município da realização de determinados investimentos. Não é por acaso que o município apresenta um dos melhores PIB per capita do Brasil.

Entretanto, a concepção da refinaria em si, o contexto de sua implantação e o aporte mobilizado para este empreendimento, eram todos fatores exógenos ao território. O projeto de implantação da refinaria no interior paulista fazia parte de um ideal de desenvolvimentismo dirigido com expectativas de construir uma agenda nacional centralizada política e economicamente.

A partir da década de 1990, com a crise do desenvolvimento industrial, começou a ser discutida no município de Paulínia a introdução do turismo como nova estratégia de desenvolvimento e diversificação econômica desde o local. Com o fim das isenções de impostos para a REPLAN a arrecadação de ICMS de Paulínia aumentou significativamente, o período de aumento da receita de Paulínia convergiu com a eleição de Edson Moura (PMDB) para prefeito do município, gestor este que deu início a política de empreendimentos turísticos.

No ano de 1993 a Lei Nº 1663 criou a Secretaria da Indústria, do Comércio e do Turismo que em 2002 teve sua denominação alterada para Secretaria de Turismo, Cultura e Eventos por meio da Lei Nº 2568. Esta mudança de denominação não é um mero detalhe, pois, explicita uma prioridade de investimento em direção a reestruturação da economia local.

Uma série de desapropriações foram realizadas ao longo das gestões de Moura (PMDB) com o objetivo de instalar estruturas turísticas e culturais. A princípio o foco das obras era a construção do Parque Cultural Cidade Feliz, posteriormente revertido no projeto do Parque Brasil 500, um complexo de turismo, cultura e lazer

Nas eleições de 1996, sob o apoio de Edson Moura (PMDB), Adélsio Vedovello (PMDB) fora eleito para prefeitura de Paulínia afirmando o compromisso de dar continuidade ao projeto turístico. Contudo, ao assumir a prefeitura Vedovello deparou-se com a alta dívida referente a desapropriação do terreno sob posse da Chicago Bridge & Iron - CBI e colocou em tramitação o cancelamento da desapropriação do terreno que serviria para a construção da Rodoshopping⁶, bem como a suspensão do projeto turístico por tempo indeterminado, sob a alegação de que a continuidade dos projetos resultaria em um período de grandes sacrifícios (RAMELO, 2014).

Em resposta ao recuo de Veldovello com relação ao empreendimento turístico, Henrique Pandovani, então presidente do Partido Verde, escreveu um requerimento a Câmara Municipal defendendo o projeto e alegando que foram feitos estudos cautelosos a respeito do empreendimento e que estes indicavam que o município passaria por crise financeira em anos próximos, dentre outros fatores, por alterações que ocorreram com a Constituição Federal de 1988 - na qual houve alteração da distribuição dos recursos tributários e descentralização das políticas públicas, conferindo aos municípios uma gama de responsabilidades políticas e administrativas (ARRETCHE, 2012; SOARES, W. D, e ESPINOSA, M., 2013).

Contudo, segundo a defesa do projeto feita por Pandovani, mesmo diante de uma crise financeira, focar em uma receita arrecadada a partir do ISSQN advindo dos empreendimentos turísticos seria uma alternativa preferível a indústrias poluidoras que renderiam “migalhas e farelos do ICMS” (PAULÍNIA, 1998 Apud RAMELO, 2014).

Em carta de lançamento do empreendimento Brasil 500 Edson Moura afirmou:

Abrigando grandes complexos industriais, Paulínia obteve um desenvolvimento formidável. No entanto, avaliamos que se continuarmos neste caminho iremos sobrecarregar o meio-ambiente, comprometendo a

⁶ Terreno sob posse da Chicago Bridge & Iron - CBI, no valor de sete milhões e meio de reais (RameLO, 2014).

qualidade de vida da nossa comunidade. [...] É inegável que a indústria pesada de manufaturas e a indústria química desempenharam - como ainda desempenham - papel de fundamental importância no desenvolvimento do município. Chegou, porém, a hora de irmos além, dando força ao setor de serviços. Realizamos diversos estudos e concluímos que devemos desenvolver nossas vocações nos setores do lazer, da cultura e do turismo (PAULÍNIA, 1998 Apud RAMELO, 2014).

Nesta carta Moura não negou o importante papel que a indústria exerceu e ainda exerce no município, mas reafirmou o projeto que visava a diversificação econômica e produtiva de Paulínia.

Dentre os argumentos apresentados para este redirecionamento produtivo destacam-se: a constituição de uma fonte de receita municipal própria, evitando que a receita municipal fique a mercê das mudanças que ocorrem nas legislações que versam sobre o repasse de ICMS; o desenvolvimento de uma alternativa econômica mais sustentável e de menor degradação ambiental; e a mitigação de um problema que possa surgir futuramente com a escassez do petróleo, preocupação que era mais aflorada antes da descoberta do pré-sal.

A postura adotada pelo município quanto a nova estratégia produtiva voltada a empreendimentos turísticos está embasada em estratégias de desenvolvimento territorial local. Nesse sentido, Araújo (2000) destaca alguns limites que estão colocados ao desenvolvimento territorial local: os limites financeiros, os limites à parceria entre atores locais (por razões de disputas de espaço político) e os limites da persistência de forma assistencialista e clientelista que deformam o gerenciamento de programas locais.

Especificamente no caso de Paulínia, o município enfrenta um sério problema de disputa entre grupos políticos que prejudica profundamente o desenvolvimento dos empreendimentos turísticos, uma vez que, as atividades e obras voltadas ao turismo ocorrem de maneira errática, o que ocasiona insegurança entre os investidores privados e tem inviabilizado a expansão dos atores envolvidos para além dos gestores públicos.

Por fim, este trabalho conclui que o desenvolvimento territorial local pode ser pensado como uma estratégia de redução das desigualdades territoriais - em toda sua complexidade social, econômica, cultural, institucional e ambiental - em um novo momento do capitalismo. Não é mais possível basear o desenvolvimento apenas em estratégias que partem de um Estado centralizado e giram ao redor da grande indústria. As bases produtivas de hoje são outras.

É fundamental repensar o papel do Estado nos territórios e as possibilidades de articulação deste com a sociedade civil e com a iniciativa privada, objetivando constituir ambientes favoráveis a iniciativas mais descentralizadas do desenvolvimento, o que implica

repensar também o campo do planejamento territorial, ainda pouco orientado para as alternativas do desenvolvimento econômico local.

Por fim, acreditamos que a experiência do Polo Cinematográfico de Paulínia, que dará continuidade a essa pesquisa, como projeto de mestrado, apresenta dinâmicas territoriais relevantes para a discussão sobre os novos modelos de planejamento no Brasil, perante a necessidade de diversificação produtiva em contextos industrializados.

O Polo Cinematográfico de Paulínia, idealizado a partir de 2005, foi uma iniciativa alavancada pela gestão local à época, sob a alegação de promover o desenvolvimento de um novo setor econômico, baseado na promoção do turismo cultural e de negócios e na contribuição para um calendário cultural brasileiro, o que teria como consequência a geração de empregos diretos e indiretos. O Polo Cinematográfico de Paulínia (SP) alçou diversas contribuições em termos de cinema nacional, com uma vasta produção de filmes premiados nacional e internacionalmente (GOMES, 2017). Além disso, os Festivais de Cinema promovidos até o momento, possibilitaram experiências agregadoras para a população local que pôde acessar filmes, workshops e vivências com artistas de renome.

Diante disso, ficam as seguintes questões: Até que ponto é possível transformar uma economia industrial em uma economia de serviços vinculada ao turismo e ao entretenimento? O Polo Cinematográfico sustenta-se como uma boa opção para a diversificação produtiva do município? Quais as justificativas que embasaram o projeto? Quais os impactos territoriais? Quais os desafios e as limitações da sua implementação?

Referências

AGEMCAMP. **Agência Metropolitana de Campinas**. Perfil Municipal de Paulínia. Campinas, 2006.

ARAÚJO, T.B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgência**. Rio de Janeiro: REVAN, 2000.

ARRETCHE, M. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

ATLAS BRASIL. **PNUD, Ipea e FLP**. Disponível em: <<https://atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/353650#sec-vulnerabilidade>>. Acesso em: 30 de março de 2020.

BARRETO FILHO, O. **Formas jurídicas da empresa pública**. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, v. 72, n. 1, p. 398-409, 1 jan. 1977.

BRANCO, Maria Isabel Vieira. **O uso do “Citymarketing” na gestão da cidade de Paulínia-SP e as transformações do espaço público: novas identidades construídas?**. Tese (doutorado em Análise Ambiental e Dinâmica Territorial). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas - SP, 2011.

BRASIL. **Tesouro Nacional Transparente. Transferências Constitucionais Realizadas**. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/consultas/transferencias-constitucionais-realizadas>>. Acesso em: 23 de março de 2020.

BRITO, J. **História da cidade de Paulínia**. São Paulo: Saraiva, 1972.

CADASTRO **Central de Empresas 2018**. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2933#resultado>>. Acesso em: 30 de junho de 2020.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010: **características da população e dos domicílios: resultados do universo**. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2011a. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010universo.asp?o=5&i=P>>. Acesso em: mar. 2012

CUNHA, J. M. P. da; DUARTE, F. A. S. **Migração, redes sociais, políticas públicas e a ocupação dos espaços metropolitanos periféricos: o caso de Paulínia – SP**. In: CUNHA, J. M. P. da (org.) *Novas Metrôpoles Paulistas: Populações, vulnerabilidade e segregação*. – Campinas: Núcleo de Estudos da População – Nepo/Unicamp, 2006.

FARIAS, F. O. **Mapeamento e análise do uso atual da terra na cidade de Paulínia (SP)**. Campinas: Instituto de Geociências/UNICAMP, 2008. (Relatório de Iniciação Científica PIBIC/CNPq).

GOMES, G. L. **Análise da Integração Refino-Petroquímica – Oportunidades econômicas, estratégicas e ambientais.** Tese (Doutorado em Planejamento Energético – COPPE). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

GOMES, C. F. **A Produção de bens culturais no Brasil: um estudo sobre o Polo Cinematográfico de Paulínia/SP.** Dissertação (Mestrado em História da Arte) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos. 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>>. Acesso em 13 de abril 2020.

INVESTSP. **Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade, 2020.** SP em Mapas - Infraestrutura. Disponível em: <<https://www.investe.sp.gov.br/sp-em-mapas/#>>. Acesso em: 30 de junho de 2020.

MÜLLER, M. T.; MAZIERO, M. D. S. **Paulínia: História e Memória.** Campinas: Komedi, 2006.

NUNES NETO, J. B. **Paulínia: uma história de cinema.** (Coleção Festivais de Cinema, volume 1). 1 Ed. Jundiaí – SP: Paco Editorial, 2019. 216p.

OLIVEIRA CALASANS, N. C. M. **Cidades do petróleo no Brasil: expansão urbana e o não planejar em Paulínia (SP) e Macaé (RJ).** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

PAULÍNIA, Prefeitura Municipal de. **LEI Nº 2.852, de 22 de dezembro de 2006.** Plano Diretor do Município de Paulínia, 2006. Disponível em: <http://www.paulinia.sp.gov.br/>.

PAULÍNIA. **Leis Municipais. Leis Municipais/São Paulo/Paulínia.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/5146/leis-de-paulinia/>>. Acesso em: 18 de agosto de 2019.

PERFIL dos Municípios Paulistas. In: Fundação Seade. Informações dos Municípios Paulistas - IMP. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://perfil.seade.gov.br/?#>>. Acesso em: 13 de abril 2020.

PETROBRAS. Refinarias, 2020. **Refinaria de Paulínia - REPLAN.** Disponível em: <<https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-de-paulinia-replan.htm>>. Acesso em: 31 de março de 2020.

RAMELO, P. R. **A gênese do projeto cultural de Paulínia.** Campinas: Faculdade de Educação/UNICAMP, 2014. (Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia).

RHODIA. **Rhodia: Solvay Group, 2020.** Página inicial. Disponível em: <<https://www.rhodia.com.br/pt/company/localidades/paulinia/index.html>>. Acesso em: 30 de março de 2020.

SÃO PAULO. **Secretaria da Fazenda e Planejamento**. Consulta de repasse. Disponível em: <<https://www.fazenda.sp.gov.br/RepasseConsulta/Consulta/repasse.aspx>>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

SOARES, M. T. M. **O impacto da industrialização no sistema educacional de municípios agrários – A trajetória de Paulínia**. Dissertação (Mestrado Faculdade de Educação). UNICAMP. Campinas, 2004.

SOARES, W. D, e ESPINOSA, M., **O Município na Constituição de 1988**. Semana Acadêmica Revista Científica - ISSN 2236-6717. Fortaleza, 2013. MMXIII, n. 40. Disponível em: <<https://semanaacademica.org.br/artigo/o-municipio-na-constituicao-de-1988>>. Acesso em: 10 de ago de 2020.

TAKUNO, C. G. **Indústria petroquímica brasileira: fatores que definem a localização da implantação das refinarias da Petrobrás - o município de Paulínia (1968-1980)**. Dissertação (Mestrado Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara). Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2006.

VALVERDE, R. R. H. F. **A Territorialização do Polo Cinematográfico de Paulínia, São Paulo**. Mercator (Fortaleza), Fortaleza, v. 13, n. 3, pág. 37-47, dez. de 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-22012014000300037&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 de abril de 2020.

VARAS, G. S. **Da produção territorial de bens à produção territorial de serviços: sobre os distritos turísticos na Itália**. In: SILVA, G.; COCCO, G. (Org.). Territórios produtivos: Oportunidades e desafios para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: DPeA, 2006. p. 47-73.

WASSAL, L. J. **Urbanização descontínua: fronteiras e novas centralidades. Estudo de caso no município de Paulínia/SP**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/PUC Campinas. Campinas, 2011.

Legislação consultada

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto-lei nº 14.334, de 30 de novembro de 1944.** Divisão administrativa e judiciária do Estado. 30 nov. 1944.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei nº 8.092, de 28 de fevereiro de 1964.** Dispõe sobre o Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado. 28 fev. 1964.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.105, de 20 de maio de 1970.** Declara de interêsse da Segurança Nacional, nos termos do art. 15, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios que especifica, e dá outras providências. 20 maio 1970.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 19 set. 1990.

BRASIL. **Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994.** Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. 12 jul. 1994.

PAULÍNIA. **Lei nº 120, de 15 de abril de 1968.** Dispõe sobre a aquisição e doação de área, para fins industriais, e dá outras providências. 15 abr. 1968.

PAULÍNIA. **Lei nº 648, de 10 de setembro de 1979.** Dispõe sobre a constituição da Empresa Municipal de Desenvolvimento de paulínia S/A - EMDEP, e dá outras providências. (Empresa extinta pela Lei nº 2890/2007). 10 set. 1979.

PAULÍNIA. **Lei nº 655, de 14 de novembro de 1979.** Altera e revoga dispositivos da Lei Nº 648, de 10 de setembro de 1979, cria o Plano Comunitário Municipal e dá outras providências. [S. l.], 14 nov. 1979.

PAULÍNIA. **Lei nº 1.663, de 29 de janeiro de 1993.** Dispõe sobre a criação da Secretaria do Turismo e dá outras providências. 29 jan. 1993.

PAULÍNIA. **Lei nº 1.689, de 10 de maio de 1993.** Acrescenta incisos ao artigo 1º da lei nº 648, de 10 de setembro de 1979, alterada pela lei nº 655, de 14 de novembro de 1979, que dispõe sobre a constituição da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Paulínia S/A - EMDEP, ampliando seus objetivos sociais e dá outras providências. 10 maio 1993.

PAULÍNIA. **Decreto nº 3.362, de 18 de novembro de 1993.** Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de área pertencente ao Espólio de Jandyra Pamplona de Oliveira, ou sucessores ou quem de direito, necessária à implantação do Parque Cultural Cidade Feliz. 18 nov. 1993.

PAULÍNIA. **Decreto nº 3.492, de 12 de abril de 1994.** Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de áreas pertencentes ao Espólio de Jandyra Pamplona de Oliveira ou sucessores, necessária para implantação do Projeto Cultural Cidade Feliz, oficialização e aprimoramento do sistema viário., 12 abr. 1994.

PAULÍNIA. **Decreto nº 3.747, de 12 de dezembro de 1994.** Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de áreas pertencentes a Carolina Augusta Ferraz, Neide Ferraz e Marilene Ferraz, ou sucessores, necessárias para o aprimoramento e adequação do sistema viário (implantação do Portal da Av. José Paulino). 12 dez. 1994.

PAULÍNIA. **Lei nº 1.936, de 4 de outubro de 1995.** Dispõe sobre a concessão de direito real de uso, com obrigação de doação ao Fundo de Investimento Imobiliário - Brasil 500, de áreas de terreno a serem destacadas de áreas maior declarada de utilidade pública através do Decreto Nº 3492, de 12 de abril de 1994, para a implantação do Projeto de um Complexo de Turismo, Cultura e Lazer, e dá outras providências. 4 out. 1995.

PAULÍNIA. **Lei nº 2.050, de 30 de janeiro de 1997.** Dá nova denominação e reorganiza a Secretaria de Turismo, que passa a ser a Secretaria da Indústria, do Comércio e do Turismo e dá outras providências. 30 jan. 1997.

PAULÍNIA. **Lei nº 2.163, de 29 de dezembro de 1997.** Dispõe sobre a planta genérica de valores, institui valores para base de cálculo do valor venal, alíquotas, isenções e formas de cálculo para efeito de lançamento de iptu e taxas de serviços para o exercício de 1998, e dá outras providências. 29 dez. 1997.

PAULÍNIA. **Decreto nº 4.926, de 10 de maio de 2002.** Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de áreas pertencentes a Paulo Roberto Pavan e outra ou sucessores necessárias para o desenvolvimento do turismo. 10 maio 2002.

PAULÍNIA. **Decreto nº 4.925, de 10 de maio de 2002.** Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de áreas pertencentes a Paulo Roberto Pavan e outros ou sucessores necessárias para implantação do novo cemitério municipal, cemitério para animais, vigilância sanitária, zootecnia, oficinas e garagem municipal e desenvolvimento do turismo. 10 maio 2002.

PAULÍNIA. **Decreto nº 4.928, de 10 de maio de 2002.** Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação do imóvel situado à Av. José Paulino, nº 855, Bairro Centro, de propriedade de Aristóteles Costa Junior ou sucessores, necessário à preservação do patrimônio histórico, revitalização do centro da cidade e desenvolvimento do turismo. 10 maio 2002.

PAULÍNIA. **Decreto nº 4.929, de 10 de maio de 2002.** Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação do imóvel situado à Rua Malavazzi, nº 45, de propriedade de Espólio de Antonio Carlos Pietrobom ou sucessores, necessário à preservação do patrimônio histórico, revitalização do centro da cidade e desenvolvimento do turismo. 10 maio 2002.

PAULÍNIA. **Decreto nº 4.930, de 10 de maio de 2002.** Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação do imóvel situado à Rua Malavazzi, nº 41, de propriedade de Angelo José Piva ou sucessores, necessário à preservação do patrimônio histórico, revitalização do centro da cidade e desenvolvimento do turismo. 10 maio 2002.

PAULÍNIA. **Decreto nº 4.931, de 10 de maio de 2002.** Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação do imóvel situado à Rua Oscar Seixas de Queiroz, nº 44, de propriedade de

Igreja Universal do Reino de Deus ou sucessores, necessário à preservação do patrimônio histórico, revitalização do centro da cidade e desenvolvimento do turismo. 10 maio 2002.

PAULÍNIA. Decreto nº 4.932, de 10 de maio de 2002. Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação do imóvel situado à Rua Oscar Seixas de Queiroz, nº 60, de propriedade de Wagner José Motta ou sucessores, necessário à preservação do patrimônio histórico, revitalização do centro da cidade e desenvolvimento do turismo. 10 maio 2002.

PAULÍNIA. Decreto nº 4.943, de 16 de maio de 2002. Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação do imóvel situado à Av. José Paulino, nº 945, de propriedade de Nelson Ferro ou sucessores, necessário à preservação do patrimônio histórico, revitalização do centro da cidade e desenvolvimento do turismo. 16 maio 2002.

PAULÍNIA. Decreto nº 4.942, de 16 de maio de 2002. Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação do imóvel situado à Av. José Paulino, nº 963, de propriedade de José Odair Ferro ou sucessores, necessário à preservação do patrimônio histórico, revitalização do centro da cidade e desenvolvimento do turismo. 16 maio 2002.

PAULÍNIA. Lei nº 2.568, de 31 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a reorganização parcial da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Paulínia e dá outras providências. 31 dez. 2002.

PAULÍNIA. Decreto nº 5.020, de 14 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a transferência de recursos para funcionamento da Secretaria de Turismo, Cultura e Eventos, em atendimento à lei nº 2568, de 31 de dezembro de 2002 e dá outras providências. 14 jan. 2003.

PAULÍNIA. Lei nº 2.630, de 11 de julho de 2003. Dispõe sobre a autorização para concessão de subvenções sociais e dá outras providências. 11 jul. 2003.

PAULÍNIA. Lei nº 2.658, de 12 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a autorização para concessão de subvenções sociais e dá outras providências. 12 dez. 2003.

PAULÍNIA. Lei nº 2.716, de 23 de dezembro de 2004. Dispõe sobre a autorização para concessão de subvenções sociais e dá outras providências. 23 dez. 2004.

PAULÍNIA. Lei nº 2.890, de 17 de outubro de 2007. Dispõe sobre a extinção da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Paulínia S/A - EMDEP - em liquidação - e dá outras providências. 17 out. 2007.

ANEXOS

ANEXO I - Diagnóstico Sociodemográfico do Município de Paulínia (SP)

1 Dados demográficos

O município de Paulínia integra a Região Metropolitana de Campinas (RMC) juntamente com outros 19 municípios, são eles: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

Segundo dados do IBGE (2020) Paulínia possui uma população de 105.037 habitantes o que lhe garante a nona posição em população dentro da RMC, uma área de 138,78 Km² garantindo-lhe a décima terceira posição em território e densidade demográfica de 756,86 hab/Km² na qual também ocupa a nona posição. Levados em consideração os três aspectos demográficos supracitados o município da RMC que mais se aproxima de Paulínia é o município de Valinhos com os respectivos valores de população, área e densidade demográfica: 124.742 hab, 148,54 Km² e 839,79 hab/Km².

Campinas, a maior cidade da Região Metropolitana, conta com uma população de 1.175.501 hab., território com área de 794,57 Km² e densidade demográfica de 1479,42 hab/Km² (IBGE, 2019), valores demográficos consideravelmente superiores aos de Paulínia.

Após a implantação da REPLAN em Paulínia, na década de 1970, o município teve um intenso crescimento demográfico, muito em decorrência da maior oferta de empregos, dos salários ofertados na atividade industrial e do crescimento do município como um todo.

A tabela 1, permite a visualização da população de Paulínia ao longo dos anos, segundo recortes de gênero e população rural/urbana. É possível observar que a população total do município apresentou crescimento relativamente constante e bastante alto para a média da RMC, com destaque entre 2005 e 2010, período em que o crescimento foi superior ao dos anos anteriores.

A população feminina e masculina apresenta-se equilibrada em todos os anos de análise. A relação população rural e população urbana, por sua vez, é visivelmente desequilibrada, de modo que a primeira, representa menos de 1% da população total do município em 2010, contando com 76 pessoas em uma população total de 81.825 pessoas.

Segundo dados do IBGE já na década de 1980 o grau de urbanização do município era superior a 90% permanecendo até 1990, quando tem uma ligeira queda para 89,9%. Em 1995 o grau de urbanização de Paulínia volta a crescer e em 2010 o município apresenta um perfil fundamentalmente urbano.

Tabela 1: População Total, por Gênero, Rural/ Urbana - Paulínia - SP

	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
População	20.573	26.720	34.511	42.712	51.163	66.214	81.825
População Masculina	10.497	13.548	17.385	21.438	25.606	32.984	40.513
População Feminina	10.076	13.172	17.126	21.274	25.557	33.230	41.312
População Urbana	18.919	24.297	31.026	40.064	50.601	65.999	81.749
População Rural	1.654	2.423	3.485	2.648	562	215	76

Fonte: SIDRA/IBGE, 2019

A taxa geométrica de crescimento anual do município de Paulínia é significativamente superior à da Região Metropolitana de Campinas, a do próprio município de Campinas e a de Valinhos, município da RMC que mais se assemelha a Paulínia em aspectos demográficos. A tabela abaixo demonstra que enquanto a RMC e Campinas apresentaram uma taxa inferior a 2, Paulínia apresentou uma taxa de crescimento de 4,81, o que colabora para a análise de que Paulínia é um município que ainda se encontra em expansão, diferindo-se de municípios consolidados e estagnados.

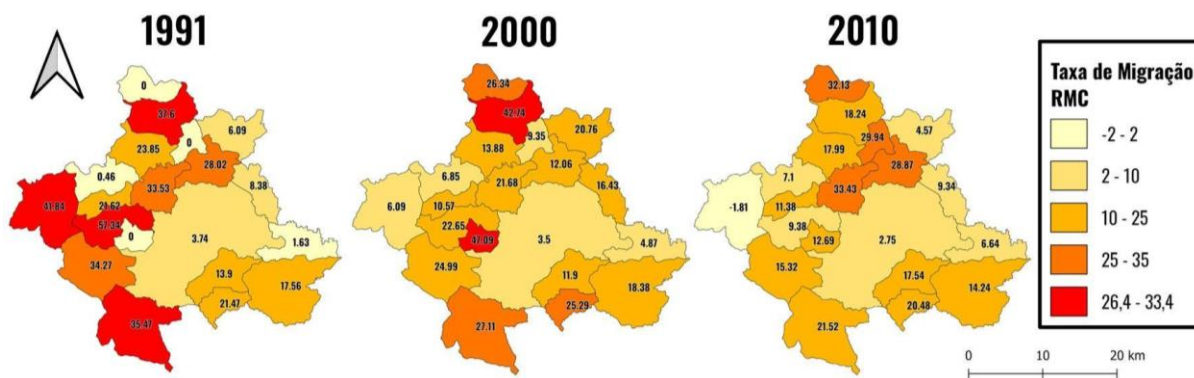
Tabela 2: Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População (Em % a.a.)

Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População (Em % a.a.)			
Ano	1980/1990	1991/2000	2000/2010
Região Metropolitana de Campinas	NA	2,59	1,82
Campinas	2,22	1,54	1,09
Paulínia	5,29	3,89	4,81
Valinhos	3,02	2,29	2,55

Fonte: SIDRA/IBGE, 2019

Quanto a taxa de migração Paulínia apresenta um dos maiores índices da RMC para os anos de 1991, 2000 e 2010, sendo que no último ano de referência apresenta taxa de migração superior a todos os municípios da RMC.

Figura 1: Mapa da Taxa Anual de Migração (por mil hab.) para todos os municípios da RMC - 1991, 2000 e 2010



Fonte: SIDRA/IBGE, 2019 - Elaboração Própria

Mesmo apresentando determinada variação nos três anos de referência 33,53 em 1991, 21,68 em 2000 e 33,43 em 2010, Paulínia permaneceu com uma Taxa de Migração elevada se comparada com a maioria dos municípios da RMC. Entre as décadas de 1970 e 1980 a migração foi responsável por mais de 67% do crescimento populacional de Paulínia (FARIAS, 2014).

Tal Taxa de Migração contribui para o entendimento de que Paulínia configurou-se ao longo dos anos de modo a atrair populações de outras cidades para o município. Isto relaciona-se em um primeiro momento com a oferta de empregos proveniente das indústrias instaladas no município e em um segundo momento relaciona-se com a qualidade dos serviços públicos fornecidos em decorrência da alta arrecadação de impostos do município.

O índice de envelhecimento da população aumentou consideravelmente ao longo dos anos, mas permaneceu abaixo da média do estado (53,86) e da RMC (53,84) em 2010. No último ano de referência da tabela 3 é perceptível que o índice de envelhecimento de Paulínia favorece uma porcentagem alta de População Economicamente Ativa (PEA).

Tabela 3: Índice de Envelhecimento (%)

Índice de Envelhecimento (Em %)						
1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
11,76	13,71	15,85	19,79	25,32	30,71	37,28

Fonte: Fundação Seade, 2019

A tabela a seguir demonstra o crescimento da população a cada cinco anos em um período de trinta anos, bem como a porcentagem de população com idade inferior a 15 anos e superior a 60.

Tabela 4: População total e por faixa de idade - Paulínia - SP

Ano	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
População Total	20.573	26.720	34.511	42712	51163	66214	81825
População com Menos de 15 Anos (Em %)	37,69	35,52	33,43	29,97	26,33	24,41	22,47
População com 60 Anos e Mais (Em %)	4,43	4,87	5,3	5,93	6,66	7,5	8,38

Fonte: SIDRA/IBGE, 2019

Para além do crescimento populacional, uma informação importante que a tabela demonstra é que em todos os anos a população com faixa etária entre 15 e 60 anos, isto é, a população em idade economicamente ativa, manteve-se estável acima dos 50% apresentando leve crescimento a partir de 2000. Este dado colabora com a análise de que Paulínia, neste período de trinta anos, manteve um perfil de cidade em constante crescimento, sendo favorecida por uma população em idade economicamente ativa.

Tabela 5: Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Paulínia - SP

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade			
Ano	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	70,9	73,3	76,8
Mortalidade infantil	20,7	17,4	12,6
Mortalidade até 5 anos de idade	23,5	20,2	14,1
Taxa de fecundidade total	2,6	1,9	1,6

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A Taxa de fecundidade no município decaiu ao longo dos anos, de 2,6 em 1991 para 1,6 em 2010. As taxas de mortalidade infantil, por sua vez, decaíram no mesmo período, de 20,7 óbitos por mil nascidos vivos para 12,6 óbitos por mil nascidos vivos, queda bastante relevante, mesmo no período mais curto (2000-2010). A esperança de vida do município demonstra aumento de 3,6 anos entre as décadas de 2000 e 2010, ficando acima da média nacional (73,9).

2. Educação, habitação e saúde

Educação, habitação e saúde são direitos básicos garantidos por lei e são dimensões importantes na avaliação das condições de vida em um município, já que refletem o mínimo que o Estado deve prover a população.

A tabela 6 indica a porcentagem de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos escolares, este dado é importante no que concerne a qualidade de vida da população do município já que reflete qual é a situação da educação para a população em idade escolar.

Tabela 6: Crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos escolares - Paulínia - SP

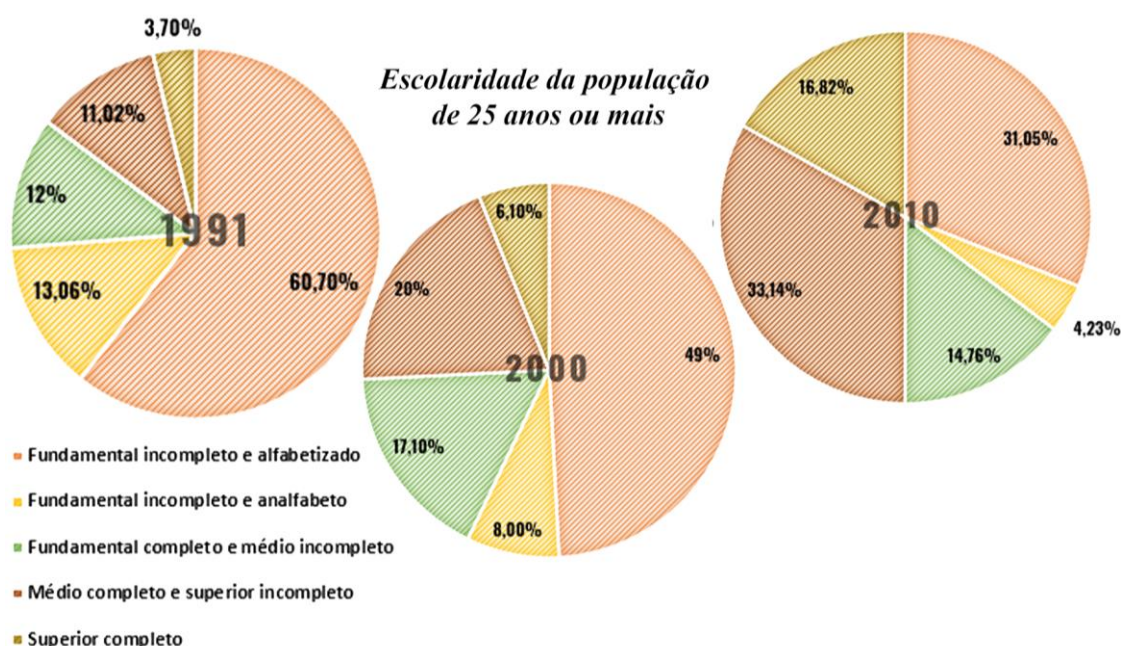
Crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos escolares			
Ano de referência	1991	2000	2010
5 a 6 anos	61,69%	90,60%	97,93%
11 a 13 anos	61,58%	80,44%	89,31%
15 a 17 anos	29,18%	64,63%	63,22%
18 a 20 anos	20,92%	33,44%	50,47%

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Segundo dados da tabela é possível perceber que ao longo dos anos houve aumento da frequência escolar em todas as faixas etárias. Para a faixa etária de 18 a 20 anos a porcentagem é preocupante, praticamente 50% dos jovens dentre a população do município em idade escolar não concluiu o ensino médio, contudo, neste ponto os números de Paulínia não destoam dos da RMC e do estado que representam respectivamente 53,63% e 52,33%. Nas demais faixas etárias Paulínia está poucos pontos percentuais abaixo dos números da RMC e do estado, não sendo relevante para a análise.

Na figura 2 é possível visualizar a escolaridade da população adulta, considera-se “população adulta” as pessoas com 25 anos ou mais. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, este indicador carrega uma grande inércia decorrente do grau de escolaridade mais baixo das gerações mais antigas.

Figura 2: Escolaridade da população de 25 anos ou mais - Paulínia - SP



Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

É possível perceber, ao longo dos anos, uma redução significativa da população com fundamental incompleto tanto aquela que é alfabetizada quanto aquela que não o é, em 1991 a população adulta alfabetizada com fundamental incompleto representava 60,70%, em 2010 este percentual caiu quase pela metade representando 31,05%. Já a população adulta não alfabetizada com fundamental incompleto caiu de 13,06% em 1991, para 4,23% em 2010.

No mesmo período aumentou a população adulta com médio completo e superior incompleto e a com superior completo, estas categorias juntas representavam 14,72% em 1991 e passaram a representar 49,96% em 2010, quase a metade da população adulta do município tinha o ensino médio completo em 2010, escolaridade ligeiramente superior à da RMC (43,5%) e do estado (42,3%). De 2000 para 2010 a porcentagem de população adulta com fundamental incompleto perdeu lugar para a porcentagem de população adulta com ensino médio completo que em 2000 representava cerca de 25%.

A população com fundamental completo e médio incompleto teve variação relativamente constante representando 12% em 1991 e 14,76% em 2010.

A tabela 7 apresenta os indicadores de habitação de Paulínia, os valores apresentados para os três anos de referência são bons e não destoam dos valores da RMC e do estado. Os domicílios com água encanada, energia elétrica e coleta de lixo representavam mais de 99% em 2010 e mesmo em 1991 e 2000 os valores para estes indicadores já eram superiores a 90%.

Tabela 7: Indicadores de Habitação

Indicadores de Habitação			
Ano de Referência	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	98,39	99,02	99,09
% da população em domicílios com energia elétrica	99,32	99,96	99,79
% da população em domicílios com coleta de lixo	95,11	98,27	99,17

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Segundo dados do último censo do IBGE (2010), Paulínia conta com um aglomerado subnormal, denominado Assentamento Menezes, este é composto por cerca de 130 famílias (total de famílias cadastradas na prefeitura)⁷ e conta com 357 habitantes, dos quais 196 são homens e 161 mulheres.

3 Trabalho, renda e vulnerabilidade social

Indicadores de trabalho e renda são fundamentais para compreender o acesso dos munícipes ao mercado de trabalho, quais as condições de trabalho em um município, qual o índice de informalidade, qual o nível de vulnerabilidade econômica da população e demais aspectos fundamentais para uma análise quantitativa das condições de trabalho, renda e segurança social.

Segundo dados disponíveis para o município de Paulínia o crescimento da renda entre 1991 e 2010 equivaleu a 65,98%, tal crescimento foi bastante superior ao do estado de São Paulo que equivaleu a uma taxa de crescimento de 45,33% no mesmo período. A taxa média anual de crescimento da renda per capita para o período 1991 a 2000 foi de 2,70%, ao passo que a taxa do estado foi de 1,99%, o que indica que para o período Paulínia teve um crescimento de renda acima da média do estado (PNUD, 2020).

Contudo, no período seguinte, entre 2000 e 2010 Paulínia tem uma queda nesta taxa, tanto com relação ao estado (2,08%) quanto com relação a RMC (1,86%), a taxa média anual de crescimento da renda per capita do município passou a ser de 1,50%. Mesmo diante disto a

⁷ CORREIO PAULINENSE. Secretário de Habitação aplica “pegadinha” na Câmara e diz que nem todos do “Menezes” terão..., 03/11/2013. Acesso em: 10 de mai de 2020. Disponível em: <<http://correiopaulinense.com/novo/?pg=noticia&p=339>>

renda do município para o ano de 2010 permaneceu superior a do estado (1.084,46) e a da RMC (1.148,94), a tabela 8 demonstra que no ano de 1991 a renda per capita do município era de R\$ 699,36, já no ano de 2010 passou a ser R\$ 1.160,79 (PNUD, 2020).

Tabela 8: Renda, Pobreza e Vulnerabilidade - Paulínia - SP

	1991	2000	2010
Renda per capita	699,36	1.000,58	1.160,79
% de extremamente pobres	1,11	0,98	0,63
% de pobres	7,2	5,12	2,56
% de vulneráveis à pobreza	24,19	15,66	9,78
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	34,91	20,47

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A proporção de pessoas pobres, aquelas com renda familiar per capita mensal abaixo de R\$ 140,00, teve queda significativa nos três anos de referência da tabela, representavam 7,20% em 1991, caindo para 5,12% em 2000 e apenas 2,56% em 2010, o que mantém a porcentagem de pessoas pobres em Paulínia um pouco abaixo da média da RMC em 2000 e 2010 (6,49% e 2,74%, respectivamente) e bastante abaixo da média do estado em todos os anos de referência (11,05%, 9,74% e 4,66%, respectivamente).

A proporção de pessoas vulneráveis a pobreza teve queda ainda maior, em 1991 representavam 24,19%, passando para 15,66% em 2000 e 9,78% em 2010, estas taxas também se apresentam menores do que as do estado e da RMC.

No que se refere a porcentagem de informalidade entre os maiores de 18 anos sem ensino fundamental completo os números de Paulínia são inferiores aos do estado e da RMC, tendo queda significativa entre 2000 e 2010, 34,91% e 20,47% respectivamente. Ao mesmo tempo a tabela 9 indica que entre 2000 e 2010 o Grau de formalização dos ocupados com 18 anos ou mais subiu de 72,79% para 80,01%.

Tabela 9: Taxa de ocupação, Taxa de desocupação e Grau de formalização - Paulínia - SP

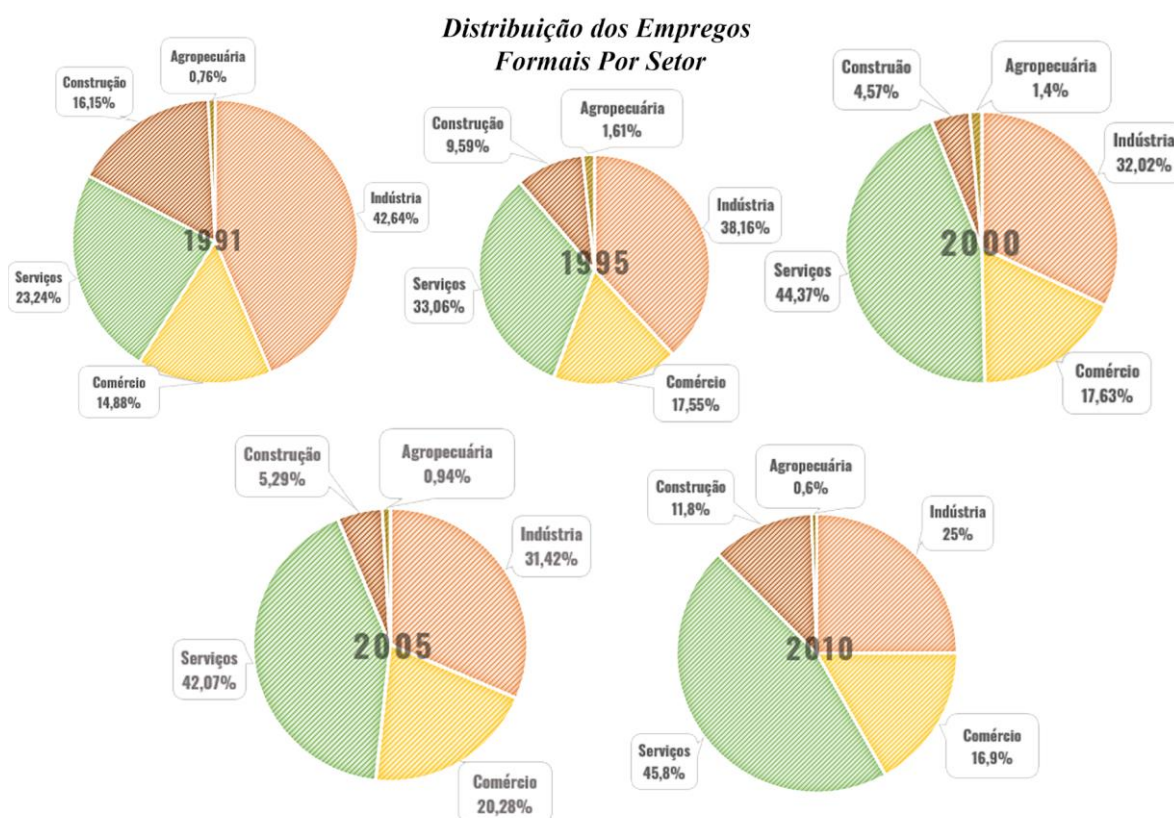
Ano de Referência	2000	2010
Taxa de atividade 18 anos ou mais	71,5	75,44
Taxa de desocupação 18 anos ou mais	15,18	8,46
Grau de formalização dos ocupados 18 anos ou mais	72,79	80,01

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

No período entre 2000 e 2010, a Taxa de atividade daqueles que tinham 18 anos ou mais aumentou de 71,50 para 75,44 e a Taxa de desocupação apresentou queda de 15,18 para 8,46. Apesar da queda a Taxa de desocupação de Paulínia para o ano de 2010 permaneceu acima da média do estado (7,05) e da RMC (6,35).

Com relação a distribuição dos empregos formais por setor, os gráficos abaixo indicam uma mudança no perfil de empregos do município de Paulínia entre 1991 e 2010.

Figura 3: Distribuição dos empregos formais por setor



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Relação Anual de Informações Sociais – Rais

No ano de 1991 a indústria era responsável por 42,64% dos empregos formais, abaixo estava o setor de serviços representando quase a metade da porcentagem 23,14%, seguido pela construção 16,15%, pelo comércio 14,88% e pela agropecuária com 0,76%, este último setor a partir da década de 1940, com a instalação da Rhodia no município, perdeu significativamente a sua relevância.

No ano de 1995 já é perceptível o início da mudança do perfil de empregos, os setores de indústria e o de serviços já se encontravam bem mais próximos, o primeiro representava 38,16% dos empregos formais e o segundo subiu para 33,06%. Os demais setores apresentaram variações pouco expressivas, o setor de construção teve queda para 9,59%, o comércio foi para 17,55% e o setor agropecuário, mesmo permanecendo pouco expressivo para o total de empregos do município, mais que dobrou sua porcentagem de empregos ficando 1,61%.

Em 2000 o setor de serviços com 44,37% dos empregos formais já havia superado o setor industrial que passou a representar 32,02% dos empregos. Isto não necessariamente reflete uma diminuição do setor industrial no município, o mais possível é que este setor tenha permanecido estável a medida em que o setor de serviços sofreu um aumento expressivo. Os setores de agropecuária e comércio permaneceram com a mesma tendência representando 1,4% e 17,63% respectivamente e a construção teve queda significativa passando a representar apenas 4,57% dos empregos formais.

Em 2005 os setores indústria, comércio e serviços ocupavam porcentagens relevantes no município. Serviços permaneceu predominante com 42,07%, seguido pela indústria com 31,42% e pelo comércio com 20,28%. Agropecuária e construção permaneceram com a mesma tendência.

Em 2010 o setor de serviços foi o mais expressivo no que se refere aos empregos formais, representando 45,8%, e a indústria passou a representar apenas 25% dos empregos formais. Se o ano de 2010 for comparado ao ano de 1991 é possível notar uma inversão entre os dois setores, as imagens dos gráficos de 1991 e de 2010 explicitam tal inversão.

Analisando a tabela 10 é possível concluir que a diminuição proporcional de empregos no setor industrial não indica a diminuição total do número de indústrias no município, estes dados refletem muito mais um aumento do setor de serviços que possivelmente se relaciona com dois fatores: o aumento do número de empresas prestadoras de serviços às indústrias; e os empreendimentos mais recentes em que o município investiu. Neste sentido o Polo Cinematográfico de Paulínia tem papel relevante, uma vez que ocasionou o aumento da oferta

de serviços de hospedagem, transporte, alimentação, marketing, comunicação, produção e demais serviços de assistência ao Polo.

Tabela 10: Número total de empregos formais - Paulínia - SP

Número de empregos formais				
1991	1995	2000	2005	2010
17.210	17.557	21.209	26.924	40.900

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. *Relação Anual de Informações Sociais – Rais*

Os dados da tabela 10 indicam que de 1991 para 2010 o número total de empregos mais que dobrou, em 1991 eram 17,210 empregos passando para 40.900 em 2010, o que reforça a análise de que o setor de serviços se expandiu sem que ocorresse a necessária diminuição do setor industrial.